



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 1/X-2º/2010-11

1 - Aos doze dias do mês de Novembro de dois mil e dez, pelas 21H15, nas instalações da Escola Básica 1º Ciclo Nº 2, do Laranjeiro, sitas no Terreiro João de Barros, no Laranjeiro, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Debate sobre o modelo de gestão e funcionamento da Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação.

2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Dos quarenta e quatro eleitos não se registaram faltas à reunião.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Carlos Manuel Dantas dos Santos; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento:

4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações por ausência dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição:

- O Sr. Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 12 de Novembro de 2010, (Ent. nº 27/X-2º), (**Conforme ANEXO I**).

- A Sr.ª Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com Ausência no dia 12 de Novembro de 2010, (Ent. nº 1798/X-1º), (**Conforme ANEXO II**).

- O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com Ausência no dia 12 de Novembro de 2010, (Ent. nº 70/X-2º), (**Conforme ANEXO III**).

- O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 12 de Novembro de 2010, (Ent. nº 28/X-2º), (**Conforme ANEXO IV**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A Sr.^a Deputada Municipal Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato, com Ausência no dia 12 de Novembro de 2010, (Ent. nº 42/X-2º), (**Conforme ANEXO V**).
- O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 12 de Novembro de 2010, (Ent. nº 72/X-2º), (**Conforme ANEXO VI**).
- A Sr.^a Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com Ausência no dia 12 de Novembro de 2010, (Ent. nº 73/X-2º), (**Conforme ANEXO VII**).
- O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 12 de Novembro de 2010, (Ent. nº 67/X-2º), (**Conforme ANEXO VIII**).

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Exm.^o Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 12 de Novembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias e por impedimento da cidadã Sr.^a Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO IX**).
- O Candidato Exm.^o Sr. José João Santos da Mata, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 12 de Novembro, da eleita Sr.^a Maria Luísa Monteiro Ramos (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO X**).
- O Candidato Exm.^o Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 12 de Novembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés e por impedimento dos cidadãos Sr.^a Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, Henrique Rosa Carreiras, Maria Amélia Nascimento Quaresma, Luís António de Matos Vicente e Margarida Santos Serafim (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XI**).
- O Candidato Exm.^o Sr. José Mário Castelhana Ferreira, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 12 de Novembro, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XII**).
- O Candidato Exm.^o Sr. Carlos Alexandre de Melo Ohen, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 12 de Novembro, da eleita Sr.^a Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato e por impedimento da cidadã Sr.^a Fernanda Maria Amaro Tavares (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIII**).
- A Candidata Exm.^a Sr.^a Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, apresentada a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 12 de Novembro, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira e por impedimento dos cidadãos Sérgio Cantante Faria de Bastos e Vitor Manuel Monteiro Rolo (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIV**).
- O Candidato Exm.^o Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 12 de Novembro, da eleita Sr.^a Ana Marques Serra e Moura Salvado (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XV**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Exm.º Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado, apresentado a sufrágio pela lista do PSD e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 12 de Novembro, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Teresa Isabel Ralha da Costa Santos (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XVI**).
- 4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Cacilhas, Laranjeiro e Sobreda, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento dos Presidentes dos Órgãos Autárquicos são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Sr. Rui Ribeiro Perdigão, Sr. Brás Marcos Mira Borges e Sr.ª Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, respectivamente (**Conforme ANEXOS XVII, XVIII e XIX**).
- 4.4 - O Presidente informou das decisões através da Súmula N.º 08/X-1º/09-10 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais), apresentando assim à consideração da Assembleia e não existência de Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4.4.1 - Submetido a votação a Assembleia por unanimidade deliberou pela não existência do Período de Antes da Ordem do Dia.
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Alexandre Guerreiro, morador na Rua dos Castanheiros, nº 1 3-D - 2810-036 Laranjeiro.
- 5.1.1 - O Exm.º Senhor Município Alexandre Guerreiro:
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Eu começo por me interrogar sobre o verdadeiro motivo de nós estarmos aqui esta noite e lança-se a pergunta aos Srs. Deputados que propuseram esta mesma reunião, nomeadamente os Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, e eu passo a fazer esta pergunta porque creio antes de mais que a nossa Cidade tem problemas bem mais graves do que a discussão da ECALMA. Passo a repetir alguns deles, questões de segurança, temos inclusivamente também questões de crime de dano ou mesmo de poluição visual que é causada nas paredes municipais por alguns partidos políticos e acho que é uma relativa perda de tempo estarmos aqui. Não obstante esta realidade, eu gostaria também de indicar que a ECALMA é uma empresa no meu entender de extrema utilidade para este Município, antes de mais porque, pugna pelo cumprimento da Lei, aquilo que muito condutores almadenses por vezes esquecem, que existe uma coisa chamada Código de Estrada. As pessoas não sabem estacionar, as pessoas não têm qualquer respeito para com os peões, não manifestam qualquer respeito para com toda a gente que circule na Cidade, e é necessário uma empresa como a ECALMA para garantir que pelo menos existe uma sanção aplicável a todos aqueles que ignoram por completo as Leis que já existem há muito. Eu também gostaria de lançar aqui o seguinte cenário que é, se é para a ECALMA funcionar sem que exista um mínimo de transparência, então nesse caso mais vale que ela não esteja sequer em funcionamento. E lanço perguntas ao Vereador da tutela sobre se existe alguma forma de algum



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cidadão poder fugir ao cumprimento do Código da Estrada e ao cumprimento da Lei se fizer algum contacto para alguém que esteja numa posição estratégica, se sim, gostaria de saber o porquê, se não naturalmente esta questão fica encerrada. Agora, substituir a ECALMA por uma Polícia Municipal para mim parece-me excessivo, como já vi proposto. Eu não concordo com isso e passo a indicar o porquê, já temos PSP, já temos GNR no Concelho, criar ainda mais uma força de segurança parece-me excessivo. Se quiserem colocar a Polícia isso sim em locais onde deviam estar como por exemplo no IC20 onde temos todas as manhãs dos dias úteis pessoas a furar filas e a atrapalhar o trânsito, aí sim senhor podem contar com a minha aprovação. Eu gostaria que alguém me dissesse um motivo válido para substituir a ECALMA. A ECALMA tem uma missão muito objectiva e muito curta, que é simplesmente remover os carros e autua-los sempre que eles estão em incumprimento da Lei. Por isto, eu arrumo a minha intervenção, porque não tenho muito mais a dizer e porque acho que existem problemas muito mais graves para se resolver nesta Cidade."

5.1.2 - O Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Informar o Cidadão/Munícipe que acabou de intervir que o Requerimento para este debate não foi do Bloco de Esquerda. Foi do Partido Socialista, no exercício dos preceitos legais e regimentais e com toda a legitimidade que requereu que se fizesse este debate."

5.2 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Almerinda Teixeira, moradora na Av.^a 25 de Abril, nº 5 16º Esq. - 2800-300 Almada.

5.2.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Almerinda Teixeira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não vou questionar problemas de legalidade ou de ilegalidade em relação à ECALMA. E corro o risco inclusivamente que a minha intervenção, corro um certo risco mas eu assumo, que é o estilo que eu vou usar. E vou-me fixar particularmente no lado mais terrorista da ECALMA.

Sei o risco que corro com a minha intervenção, mas assumo-o: o estilo que vou usar. Assim:

Apesar da Ecalma já ter dado certamente lucro à CM (não sei, não fiz qualquer pesquisa, mas o seu "terrorismo" na caça à multa era visível e presumo que eficaz), proponho que a Câmara Municipal crie ainda uma nova empresa municipal, apesar de cada vez mais algumas serem contestadas em virtude do despesismo que comportam, da sua não necessidade, etc.

Proponho também que se designe por: "Compre calma para se viver em Almada".

O nome é demasiado longo, contra uma das regras comunicacionais, o que não convém, mas esta característica talvez possa ser compensada pelo seu lado apelativo, porque despertador de curiosidade. A matéria prima, a calma, é invisível, não ocupa espaço; a logística necessária será quase nula, pelo que serão precisos quase só uns frascos, que depois de cheios ficam aparentemente vazios. (É evidente que para este feito seria necessário algum poder sobrenatural, mas a senhora presidente da Câmara trataria do assunto. Como não tenho o tempo necessário agora para explicar como, como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

fazer, e isso mesmo que possível não interessaria aos ouvintes, fico à disposição da senhora presidente da Câmara para explicar como fazer).

Esta ideia surgiu-me quando perdi a calma, no Inverno passado, ao ter de esperar por um doente, e eu, com o carro em cima do passeio, precisar de aí permanecer apenas dois ou três minutos. Se o mantivesse na faixa de rodagem, entupia o trânsito; se o aproximasse o máximo do lancil, poderia ficar pela segunda vez sem um espelho e eventualmente seriam os dois proprietários dos carros prejudicados; a terceira hipótese de solução do problema era subir para a plataforma e vigiar o andamento do metro para os dois lados. (Desculpem o aparte, mas, penso eu, seria alguma injustiça para quem lutara alguma coisa para que o metro não atravessasse Almada, em superfície).

Perdi a calma e só por isso não me bloquearam o carro. Quando os funcionários polícias da Ecalma apareceram, apenas lhes disse de modo que eles souberam bem interpretar: "Já me chega ter de aturar a Maria Emília (peço desculpa, mas em certos contextos usamos por vezes estes termos familiares) quanto mais de ter de vos aturar a vocês". Correram pelo passeio acima, atravessaram a Rua António Nobre e sumiram-se.

Retomando a tal Empresa de que propus a criação: a existir, entraria na Câmara Municipal, só neste caso, lucro a dois carrinhos: eu deixaria bloquear o carro, pagando a multa respectiva, porque como cliente da dita empresa, estaria calmíssima; mas, teria bem, bem pago a calma que tivera de comprar.

E a quantos almadenses aconteceria semelhante situação! E muitas outras haveria não necessariamente iguais a esta!

Almadense sofre, sofre, ou já fugiu, ou pensa fugir, se o puder fazer, devido a tantos desvarios, desta Câmara. E não só com o estacionamento, também sob muitos outros aspectos.

Se tal empresa vier a ser criada, espero que nunca a Câmara Municipal mande para instâncias fora do território português informação fiel sobre ela, onde esta Câmara vem sendo apresentada como um paraíso, o supremo reino da sustentabilidade."

5.3 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Helena de Brito, moradora na Rua Garcia da Orta, nº 26 -B 12º Esq. - 2800-698 Almada.

5.3.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Helena de Brito:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui para chamar atenção e não tenho opiniões formadas sobre manutenção desta ECALMA ou não. Ainda não me dediquei a esse assunto, mas há uma coisa que eu quero focar aqui e quero lá saber que não gostem. Há regras, as regras são iguais para todos, não há ninguém acima da Lei, eu acho inacreditável que, deixo o meu carro meia hora, enquanto vou a minha casa que é no 12º andar e desço no elevador, tenho uma multa da ECALMA no sítio onde eu resido, no mesmo sítio onde eu trabalho, tenho o meu escritório, mas porque os locais que estão adjudicados aos residentes, estão completamente preenchidos por pessoas que não são residentes. Eu deixo o meu carro por esse período pequeníssimo, quando chego já tenho uma multa e no entanto da janela do meu escritório, das traseiras dá para a Rua de Olivença, na Praceta existe um carro que o Sr. Comerciante não folga



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sábados, Domingos, Feriados, ele tem sempre a casa aberta. Esse carro está lá estacionado em plena Praceta doze horas por dia. Esse carro nunca tem uma multa. Aliás, quando eu não vejo o carro lá, eu vejo os Srs. da ECALMA. Portanto, isto é muito desagradável, este tipo de intervenção, porque é assim. Sejam coerentes, há que cumprir uma regra, então vamos todos cumprir a regra. Eu não posso deixar o carro mal estacionado, eu sei que sou multada se o fizer. Toda a gente tem que seguir pela mesma via. Não pode haver exceções, porque então vou ser eu que chego aqui e vou dizer, a ECALMA não pode existir, porque a ECALMA não funciona com imparcialidade.

E já agora que não tem nada a ver com a ECALMA mas eu aproveito para chamar atenção, Sr.^a Presidente, é o seguinte, houve a iniciativa de se colocar o Metro, não emito opiniões, está lá. Tomou-se a iniciativa de vedar determinados eixos só para peões com exceção de alguns veículos como por exemplo os transportes, por causa disso tirou-se lancil, passeios, não há semáforos, não há zebras, mas toda a gente passa lá com os carros. Agora, eu pergunto, eu que tenho que passar aquilo não sei quantas vezes por dia, apesar de ter óculos eu vejo bem e ando bem, e os invisuais? E os velhos? E as pessoas que andam de cadeira de rodas? Sr.^a Presidente é uma vergonha. Das duas uma, ou aquilo é uma zona pedonal, por favor digam lá o que é. Não digo mais nada."

5.4 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Pedro Filipe Alves Marreiros, morador na Rua Rafael Bordalo Pinheiro, n.º 39 - 2820-082 Charneca de Caparica.

5.4.1 - O Exm.^o Senhor Município Pedro Filipe Alves Marreiros:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu chamo-me Pedro Filipe Alves Marreiros, eu sou agente de fiscalização da empresa ECALMA e acho que pelo menos uma vez temos que ser ouvidos no meio desta polémica que é a ECALMA.

Uma das situações que foi aqui focada, no que diz respeito à zona pedonal, é uma situação que nós temos falado entre nós funcionários e sabemos que tem os seus problemas, não foi colocado só com o Metro, não foi colocado só com o trânsito, foi colocado porque é um eixo principal de uma Cidade, é uma artéria principal de uma Cidade e é complicado que essa seja uma zona pedonal. Ou bem que é ou bem que não é, e aí dou razão àquela Senhora.

Na situação de sermos imparciais ou não, existem várias situações nesta Cidade que temos que ter em atenção e não só olhar ao agente de fiscalização, ou a quem autua ou quem remove ou quem bloqueia, que está a fazer o seu trabalho, acima de tudo e chamo atenção para isso. Está a ser regido pela Lei que é o Código da Estrada, e eu pergunto se o que está mal nesta Cidade é remover, autuar ou bloquear um carro que esteja em cima de um passeio, eu não concordo. Se está mal não remover um carro que esteja num lugar de deficiente, num lugar reservado a uma entidade, também não concordo. Se é um carro que está em cima de um passeio em que existem os mesmo velhinhos que esta Sr.^a diz, com setenta, oitenta anos a passar pelo meio de uma via, também não concordo. Portanto, ou bem que a ECALMA existe e faz o seu trabalho como ele deve ser feito, com cabeça, tronco e membros, ou então não existe e façamos aquilo que os Srs. no fundo também querem. Agora, quando o fizermos e isso eu chamo atenção para todos os presentes, quando o fizermos não é só quando fazemos coisas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

bem feitas vimos cá para fora dizer à população fomos nós, porque quando o fizermos e eu não tenho dúvidas nenhuma em o dizer. Quando a ECALMA algum dia, que eu não acredito, deixar de existir, esta Cidade vai ser um pandemónio. Não tenho a mínima dúvida, porque eu conheço esta Cidade há trinta anos, trabalho nela há três anos e eu sei o que estou a dizer. Esta Cidade sem a ECALMA não vai haver hipótese, não vai haver hipótese. Porque as pessoas não se respeitam, as pessoas só pensam nelas. Como aquela Sr.^a diz que mora no 12º andar e deixou o carro trinta minutos, em trinta minutos pela infracção que cometeu existiram mais cinco, dez, quinze carros que foram multados, autuados, removidos exactamente na mesma situação e se calhar não foram trinta minutos, foram só dez e nós costumamos dizer ao Cidadão comum, basta cinco minutos para o carro ser autuado, ser removido ou ser bloqueado, porque ou o agente, ou o carro, ou o reboque chega ao local, não sabe há quanto tempo o carro lá está, o carro não fala, o carro não diz que a dona saiu há dez minutos daqui. O carro não fala. Nós não podemos adivinhar se a pessoa é deficiente, se a pessoa mora a dois metros, se mora a cinco, se mora a vinte, se o carro parou há cinco minutos. Não sabemos. Fazemos é o nosso trabalho. Era isso que eu chamava atenção, não só criticar o que os profissionais da ECALMA fazem, mas sim também ver aquilo que as pessoas não cumprem."

5.5 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município José Augusto de Vasconcelos Louça, morador na Rua Ary dos Santos, nº 12 1C - 2810-338 Feijó.

5.5.1 - O Exm.^o Senhor Município José Augusto de Vasconcelos Louça:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui pela primeira vez a uma Assembleia Municipal, dizer-vos que nasci nesta Cidade há cinquenta anos e para vos dizer que ainda bem que a ECALMA existe. Podem-lhe chamar outro nome, mas a questão é esta, tendo eu nascido em Cacilhas e muitos podem dizer que é a terra dos burros, e é, bom gosto, para vos dizer que burros éramos nós continuarmos a ter uma Cidade entupida de automóveis que vêm dos Concelho limítrofes para aqui e que entupiam a Cidade e estacionavam em todo o lado. Isto é verdade. Desde pequeno que isto acontecia, e vocês sabem que era um Terminal Rodoviário e Fluvial. Ó Camaradas, eu chamo camaradas porque vivemos todos na mesma Cidade e não me levem a mal, eu estou-vos a provocar, eu quando preciso de estacionar o meu carro eu cumpro as regras no trânsito, quando não as cumpro fui multado. Quando ultrapasso o limite de velocidade eu fui multado pelo camarada Polícia, é natural. Agora é assim, o que é que nós precisamos de discutir amigos, eu não vos vou chamar mais camaradas senão ainda vos vou provocar. O que nós precisamos de discutir é que é necessário a meu ver e eu moro noutra Freguesia, a do Feijó. Eles têm feito um trabalho excelente na remoção de veículos abandonados e vocês sabem que a remoção de veículos abandonados é uma coisa essencial para que haja estacionamento na Cidade, é incrível a quantidade de pessoas que abandonam os veículos e também para vos dizer que é necessário que isto continue a funcionar dentro das regras do Código da Estrada. Eu aceito as regras do Código da Estrada como também aceito o Orçamento Geral do Estado, que é uma grande porcaria, como também aceito as regras todas que aparecem, que o Governo põe, e peço imensa desculpa dizer. Gostava de vos pôr



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esta questão em cima da mesa que é esta, com as novas maluquices que vêm no Orçamento de Estado o que é que irá acontecer a esta Câmara Municipal com as transferências de verbas cortadas e como é que isso se vai resolver em termos da ECALMA? Esta questão é fundamental, vamos discutir se eles fazem bem o seu trabalho ou mal, é evidente que o fazem cumprindo o Código da Estrada, temos que discutir é como é que isto vai funcionar, como é que vai ser o futuro. Portanto o futuro desta Cidade passa por estas coisas, passa pela necessidade de saber como é que vamos desenvolver o trabalho e como é que vamos fazer isto. Eu acho que hoje temos uma Cidade com muito melhor qualidade de vida e em relação ao sector pedonal, eu estava habituado a passar há quarenta anos ali e agora passo a pé ou passo de Metro. Agora a escolha é de cada um, eu gostava muito de passar de bicicleta, mas é evidente que não posso fazê-lo. Portanto, gostava que esta Assembleia se debruçasse sobre o futuro e a necessidade de melhorar o trabalho, o trabalho destes agentes e desta Câmara Municipal. Era nesse sentido que eu estava aqui."

5.6 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Luís Delgado, morador na Rua dos Três Vales, nº 69 2º Dtº - 2825-024 Caparica.

5.6.1 - O Exm.º Senhor Município Luís Delgado:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Juventude Popular vem hoje aqui à Assembleia manifestar o seu ponto de vista acerca do assunto que nos trouxe hoje aqui.

A posição da Juventude Popular segue a posição do CDS ou seja, que a ECALMA nestes moldes não serve verdadeiramente os interesses quer dos almadenses, quer de quem nos visite. Dizemos os seguintes na mesma posição do Partido, mas podíamos seguir e dizer ao contrário, a JP pensa pela sua cabeça e não agarrada a secretismos e a dogmas, pensamentos condicionados já devidamente encomendados. O que podemos encontrar neste momento no Centro de Almada sem vida, sem comércio, sem fulgor de outros tempos. Almada precisa de vitalidade, de movimento, de gente, para concluir, precisa de renascer. Nesta política consiste a seguinte, seguida pela Câmara Municipal de Almada em cortar as ruas, os eixos centrais, o centro de Almada. Houve um aumento considerável do fecho do comércio, atirando para o desemprego várias pessoas incluindo jovens, muitas das vezes faziam o seu part time enquanto tiravam os seus cursos. Todas estas políticas de ordenamento da Cidade tem que ser repensadas antes que seja tarde demais. Atirar mais pessoas para o desemprego torne o centro da Cidade numa verdadeira Cidade fantasma, Visto que a Câmara Municipal de Almada não consegue animar as ruas, teimosamente fechou o trânsito na zona Central de Almada.

A Juventude Popular propõe a sua reabertura para que o trânsito possa fluir convenientemente e propõe a revitalização do comércio, possibilidade de as pessoas se deslocarem e não impondos transportes e opção da alternativa quase à força. Almada tem uma realidade muito diferente das outras Cidades como Lisboa, para já não falar de outras Cidades Europeias, como às vezes gostam muito de comparar, são realidades distintas, são modos de vida, de pensar totalmente diferentes, não podemos empurrar à força para dentro das pessoas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Já no que diz respeito à ECALMA, mais uma vez a realidade de Almada em nada ou muito pouco tem a ver com outras Cidades, forma comparada com Lisboa, quase mesmo absurda essa comparação. Vejamos já que não há praticamente comércio em Almada, porque razão se vai cobrar estacionamento, não há praticamente serviço em Almada, porque se tem que pagar? Se o Centro de Almada pouco ou nada há a ver ou fazer, porquê cobrar estacionamento? Pôr ainda porquê cobrar estacionamento onde nem sequer existe um comércio ou algo que justifique como por exemplo o Pragal ou a Quinta da Alegria, não faz sentido continuar a ter uma Empresa Municipal para que nos pouco serve. Pela parte da Juventude Popular aposta sim e propõe-se em semelhança ao CDS a criação da Polícia Municipal livre de qualquer suspeita e totalmente imparcial. A Juventude de Almada merece mais e melhor."

5.7 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara.

5.7.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria apenas dar nota que, ouvimos com toda a consideração e atenção as diferentes intervenções que aqui vieram, mas como o tema desta Assembleia é exactamente discutirmos a ECALMA, não ia gastar tempo nesta fase da reunião e reservar-me-ia, reservar-nos-íamos, para no âmbito das nossas intervenções podermos também dar alguma nota sobre esta ou aquela intervenção dos munícipes. Agradecia a vossa compreensão, é com todo o respeito que estamos ouvindo-vos e não ignoraremos aquilo que aqui nos deixaram."

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, debate sobre o modelo de gestão e funcionamento da Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação (Requerimento do PS em anexo XX).

6.1.1 - Na abertura do debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Sr. Vereador Rui Jorge Martins (a solicitação da Sr.^a Presidente da Câmara).

6.1.1.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Courinha Leitão (PS):

"Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

A Assembleia Municipal reúne hoje, a requerimento do PS, para um debate específico sobre a ECALMA.

A ECALMA é, como sabemos, a empresa municipal de Almada responsável pela gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, pela gestão do "Flexibus", tendo ainda competências na área da construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de parques de estacionamento.

E a primeira questão que neste debate deve ser introduzida é a de sabermos se, em Almada, devem ou não estas competências ser asseguradas através de uma Empresa Municipal.

A posição do PS sobre este assunto é muito clara. Sim, deve haver uma empresa municipal responsável pela gestão e fiscalização do estacionamento.

E esta posição é uma posição clara e sem qualquer hesitação.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O modelo empresarial é o modelo adequado para gestão destas competências, e tem paralelo noutros Municípios, mesmo naqueles em que existe Polícia Municipal.

Existem aqueles que confundem a necessidade de termos um modelo empresarial para gestão destas competências com a empresa que em concreto assume essas competências.

Por isso devemos fazer esta clarificação prévia: Modelo empresarial de gestão e fiscalização de estacionamento, Sim. Concordamos com esse modelo.

Questão diversa é a de sabermos se a empresa ECALMA que tem hoje estas atribuições está estruturada e dimensionada de forma a cumpri-las com eficiência.

E aqui não podemos deixar de notar, desde logo, a incoerência de algumas forças políticas que, estando contra a existência da ECALMA, viabilizaram, com o seu voto, a atribuição de mais competências à ECALMA, em concreto, a gestão do FLEXIBUS e a gestão de Parques de Estacionamento.

Esses estão hoje aqui neste debate com uma posição muito desconfortável: Dizem que são contra a existência da ECALMA, mas são co-responsáveis pelo alargamento recente das suas competências.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Do ponto de vista do PS o que está em causa é como funciona a ECALMA. Esse é o ponto, não se deve ou não existir a ECALMA.

E é no funcionamento da ECALMA que gostaríamos de centrar o Debate que hoje travamos na Assembleia Municipal. A ECALMA não tem a confiança dos Almadenses.

A Câmara Municipal, e em particular o Vereador com a responsabilidade da Presidência da Empresa, acha que esta é uma profissão de fé.

Não, senhoras e senhores Deputados. É muito evidente no contacto com as populações que a actuação da ECALMA tem sido uma actuação que não conquistou o coração dos Almadenses, como pediu a senhora Presidente da Câmara aos trabalhadores da ECALMA no último Jantar de Natal.

E isso decorre de erros de gestão na empresa, cuja responsabilidade é da sua equipa dirigente e, em particular, do accionista Câmara Municipal de Almada.

Vamos a factos.

A ECALMA ano, após ano, acumula resultados operacionais negativos. A 31 de Dezembro de 2009, esta empresa tinha um resultado operacional negativo de 390 mil euros.

E esta é uma primeira questão que hoje aqui deve ser respondida por quem gere a empresa: como explica que esta empresa acumule, ano após ano, prejuízos operacionais? Como pensa a gestão da empresa resolver esta situação no curto prazo?

E não se diga que empresas com este objecto têm, por natureza, vocação deficitária. Olhe-se para a EMEL, que apresenta, em 2009, um resultado operacional comparável de 561 mil euros positivos, contra 390 mil euros negativos da ECALMA.

Há, na ECALMA, um problema de gestão. Um problema de uma gestão que é profissionalizada, mas não é profissional.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E o que está em causa nesta gestão nem é o facto da mesma ser assegurada por nomeações que, aos olhos de um observador médio, são puramente políticas.

Dizemo-lo porque estes resultados negativos são um facto, que deve ter responsáveis. E os responsáveis são quem gere a empresa e quem aprova os seus relatórios de gestão.

Mas é igualmente importante considerarmos a política de recursos humanos da ECALMA.

E neste ponto, não podemos deixar de assinalar que cerca de 20% das despesas com remunerações da ECALMA são para pagar os vencimentos dos Vogais do Conselho de Administração. É só ver os documentos de prestação de contas.

E é bom aqui lembrarmos que a política de recursos humanos na ECALMA assenta na precariedade das relações laborais.

A senhora Presidente da Câmara já afirmou publicamente, em sessão de câmara, que a forma como os trabalhadores foram contratados para assegurar o FEXIBUS era uma medida de boa gestão.

Vamos mais uma vez a factos. Os trabalhadores contratados para o FLEXIBUS foram-no em contrato de trabalho a prazo. Justificação do Presidente da ECALMA: por o FLEXIBUS estar em fase experimental.

Ora, ficamos a saber que a Presidente da Câmara avaliza uma prática ilegal na Câmara que é a de utilizar a figura dos contratos de trabalho a prazo como se de período experimental se tratasse.

Com isso, alarga para além do limite legal o período experimental.

É caso para dizer ao PCP aqui em Almada: “bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças como ele faz”.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

É a aposta na precariedade das relações de trabalho e na total ausência de investimento sério em formação de recursos humanos, que em parte explica o desastre da actuação da ECALMA junto dos cidadãos de Almada.

Aliás, é sintomático que no Plano de Actividades da ECALMA para 2010, aprovado com os votos do PCP e do PSD, não haja uma linha para a formação.

Situação, aliás, com reflexo no orçamento, em que a rubrica para a formação em 2010 tem inscritos apenas 1500 euros, ou seja, 2% do valor que a ECALMA gasta num ano com remunerações dos seus Vogais Executivos.

E é nesta gestão da empresa, com reflexos nos resultados financeiros, que radica o problema da ECALMA. Um problema de incompetência dos seus gestores.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A forma de gerir a ECALMA tem óbvios reflexos na sua actuação.

E a verdade é que a relação entre os cidadãos e a ECALMA não é fácil.

Vamos novamente a factos:

A burocracia associada à atribuição de cartões de residentes é de tal forma pesada que, desde início, é um factor de resistência.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Aliás é significativo que na Loja do Múncipe não se possa tratar de um instrumento que se tornou tão necessário aos residentes, como o cartão de estacionamento... É caso para perguntar, uma vez mais, para que serve a Loja do Múncipe? Não terá ocorrido à administração da ECALMA propor a colocação deste serviço na Loja do Múncipe?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A ECALMA precisa de uma forte reorganização. A ECALMA precisa de ganhar o coração dos Almadenses.

Para isso, a ECALMA tem de assumir, em primeiro lugar, uma função pedagógica. E essa função pedagógica tem de se sobrepôr a uma função persecutória.

É por isso importante que este debate decorra com serenidade. Identificando problemas, e identificando soluções.

O PS traz aqui este debate com esta intenção. Muito obrigado."

6.1.1.2 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas primeiro de enquadramento e com toda a serenidade Sr. Deputado, toda. Uma em relação à situação que tínhamos em Almada antes do Metro Sul do Tejo, e coloco a questão do Metro Sul do Tejo porque ela de facto marca um ponto de viragem da nossa Cidade. Um desafio importante que tivemos que dar e encontrar uma resposta, mas tínhamos de facto uma oferta desadequada na Cidade. Tínhamos cerca de trinta por cento do estacionamento da Cidade em situação indevida, ilegal, estacionamento ilegal em cima dos passeios, tínhamos deficiência na fiscalização, porque por força de que a quem estava entregue essa atribuição a PSP, a GNR, terem toda uma panóplia de actividades de intervenção de segurança fundamentalmente, enfim deixando naturalmente para segundo plano e era compreensível que o fizessem, as questões da fiscalização do estacionamento.

Portanto, tínhamos um novo desafio para o qual era necessário encontrar as respostas necessárias. Precisávamos de encontrar para responder às questões que o Metro nos colocava, vinte por cento de oferta de estacionamento aos residentes, vinte por cento mais do que a oferta de estacionamento que então existia. Precisávamos de promover que junto ao comércio existissem lugares de rotatividade, de curta duração, que permitissem que um único lugar possibilitasse que vários carros estacionassem ao longo do dia, portanto quintuplicar os lugares de estacionamento.

Era necessário encontrar uma fiscalização e uma gestão eficaz e continuada dos lugares de estacionamento. Tínhamos três hipóteses de facto em cima da mesa.

Tínhamos a criação de uma Polícia Municipal, tínhamos a possibilidade de a própria Câmara assumir com uma Divisão de Fiscalização de Trânsito esta fiscalização e tínhamos a questão da criação de uma empresa municipal.

Vimos também que não era necessário só fiscalizar o espaço público, era necessário gerir o espaço público. Isto é muito mais do que fiscalizar o espaço público que era o que tinha sido feito até àquele momento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vimos o acerto desta decisão quando hoje temos um conjunto de actividades que vão muito para além da fiscalização do espaço quando temos o Flexibus, quando temos os parques de estacionamento, quando temos os veículos em fim de vida por exemplo, que já foram hoje aqui referidos até por alguns munícipes como uma grande vantagem para a nossa Cidade terem vindo a ser retirados até em zonas em que a ECALMA não intervém como é o caso do Feijó que foi o exemplo concreto que aqui veio.

Portanto, a 30 de Abril de 2004 por decisão desta Assembleia Municipal, foi criada a ECALMA, que hoje se rege em termos legais pela Lei nº 53-F/2006 que revogou a anterior Lei que existia na altura em que ela foi criada, que era a Lei nº 58/98. Com as últimas alterações estatutárias para além da gestão e fiscalização do estacionamento e veículos em fim de vida, a ECALMA assumiu também a fiscalização do Código da Estrada e assumiu também o Flexibus.

Inicialmente tinha as suas competências limitadas, a ECALMA, tinha as suas competências limitadas ao estacionamento tarifado, hoje com as alterações do Código da Estrada estamos a falar do Decreto-Lei nº 44/2005, a ECALMA tem toda a competência para a fiscalização do cumprimento das disposições legais ao nível do trânsito e estacionamento e os seus agentes são equiparados à autoridade e credenciados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Este alargamento de competências obrigou também à solução de novas e maiores responsabilidades. Os agentes para serem credenciados passaram por um rigorosíssimo processo de selecção e formação, esta formação teve uma especial incidência nas áreas jurídicas e nas relações interpessoais e na gestão dos conflitos. Nesta formação intervieram como formadores a própria Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, intervieram as Forças Policiais, interveio o Ministério Público, intervieram um conjunto de entidades que deram um curso que foi considerado na altura pelo próprio IMTT que também deu formação, impar no País, mas nunca tinha sido feita uma acção de formação daquela natureza no nosso País como foi dada aos agentes de fiscalização da ECALMA.

Nós consideramos que a formação não é aquele curso que se tira naquele ano, a formação é continua e temos vindo a promovê-la assim na ECALMA.

A ECALMA tem seis anos, não tem quinze como a EML por exemplo, como já aqui referida. E ao longo destes seis anos já se realizaram quatro cursos de formação, estão previstos em 2011 novos cursos, em que naturalmente estas questões das relações interpessoais terão como é óbvio um papel determinante.

A ECALMA tem seis anos como disse, tem sessenta e um trabalhadores, sendo que alguns destes trabalhadores já entraram este ano para responder a estas novas necessidades que foram decididas também pelos órgãos municipais Câmara e Assembleia Municipal, a questão do Flexibus e a questão dos parques de estacionamento.

Esta empresa assume a gestão de cerca de seis mil lugares de estacionamento, sendo que destes, só cerca de mil e trezentos são tarifados. A intervenção da ECALMA no que a fiscalização dos lugares do estacionamento limita-se neste momento às zonas regulamentadas por esta Assembleia. São elas Almada Centro, Almada Ocidental, Av.ª 23 de Julho, Barrocas, Cacilhas, Centro Sul, Cova da Piedade,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Quinta da Alegria e Quinta da Horta. São estas as áreas onde a ECALMA intervém. Todas estas áreas têm Regulamentos Específicos aprovados também pela Assembleia Municipal, para além do Regulamento Geral, que também foi por todos nós aprovado.

Desde o início que se considerou e assumiu que estes Regulamentos não se poderiam eternizar, isto vem escrito nos Regulamentos. Estávamos numa actividade nova, não tínhamos experiência, era necessário avaliar, alterar o que fosse necessário. Estamos numa fase de revisão dos Regulamentos neste momento. É necessário avaliar situação a situação, nomeadamente os índices de ocupação dos lugares de estacionamento, este trabalho está a ser feito, está a ser feito em primeiro lugar pela Divisão de Trânsito da Câmara, permitirá que a situação dos lugares de residentes que estão sub-ocupados, identificando nós as zonas em que existe sub-ocupação possam ser transformados em lugares mistos. E portanto esta revisão do Regulamentos terá de ser feita com base em dados concretos e num trabalho científico que está a ser feito.

A revisão dos Regulamentos permitirá ainda alterar algumas práticas que entretanto se provaram estar desadequadas. É o caso de excesso de papéis comprovativos de residência para a requisição de um cartão, nós hoje até pela existência de outros mecanismos como é o caso do cartão de cidadão, conseguimos aligeirar sem deixar no entanto de ser rigorosos.

Também a própria área geográfica gerida pelos Regulamentos necessita de ser reavaliada em função das novas realidades.

Os Regulamentos foram construídos numa fase de obra do MST, hoje já temos uma Cidade diferente com novos desafios e que exige novas respostas. Situações que não são colocadas no dia-a-dia como por exemplo o estacionamento de familiares de residentes em apoio domiciliário, já hoje aqui também trazido o caso, em caso de doença, em caso de apoio a doença, como é que se procede? Dizer que hoje em dia sem haver nada regulamentado cada vez que é apresentado um atestado médico que corrobore a situação de e a necessidade de apoio familiar é passado, o que não está regulamentado, um cartão provisório durante um ano àquela pessoa no sentido de ela poder dar este apoio domiciliário. Mas não está regulamentado.

Os carros em serviço permanente de pequenas empresas não foram consideradas na altura, um canalizador, alguém que tem uma loja de computadores, uma situação qualquer deste tipo, não tem forma de estacionar junto à empresa, tal não está previsto, também será uma situação a abordar na revisão de Regulamentos.

São questões como estas, são outras questões ainda que serão passivas de ser resolvidas com a revisão do Regulamento a apresentar a esta Assembleia.

Quanto à actividade da empresa no dia-a-dia e a relação com os cidadãos, estes são aspectos que nos preocupam mais e a todos certamente e que nos obrigam a reflectir.

Se facilmente percebemos que a intervenção da ECALMA é fundamental para a Cidade que queremos, Cidade Sustentável, vivida e usufruída por todos, também temos noção que esta acção comporta uma faceta penalizadora.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Isto traz-nos uma importante responsabilidade que não rejeitamos, ao contrário do que seria fácil e populista, os caminhos por que optamos são de formação e da informação.

Formação desde logo dos nossos agentes, mas também dos Munícipes e já hoje veio aqui esta situação bem presente, até por um funcionário da ECALMA que aqui interveio e trouxe o seu exemplo do seu dia-a-dia na sua vida da Cidade.

Melhorando a informação, investindo numa acção pedagógica que não pode nunca ser confundida com permissividade.

A intervenção em novas zonas foi sempre precedida e continuará a ser no futuro com os novos Regulamentos de um período de emissão de avisos, num período de pedagogia.

Nas zonas tarifadas a orientação é que antes da coima seja emitida uma advertência. Temos uma intervenção que não é cega, ela é pautada por uma intencionalidade, intervimos primeiro quando os direitos estão em causa e a ser usurpados indevidamente. Assim, em casos de estacionamento indevido, intervimos primeiro por exemplo num lugar de deficientes a ser ocupado ou num passeio onde a circulação esteja a ser impedida. Depois é que interviremos num lugar tarifado.

A intervenção da ECALMA tem que ser melhorada, tem que ser aperfeiçoada é óbvio, não enjeitamos de maneira nenhuma esta necessidade.

Os resultados que em seis anos obtivemos de uma Cidade mais orientada com menos veículos em fim de vida, com o sistema de transportes inclusivo Flexibus, com os novos parques de estacionamento, temos confiança que a ECALMA tem assegurado se não no coração, mas tem assegurado o seu lugar nesta Cidade."

6.2 - No debate generalizado usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Ana Isabel Moura; Sérgio Taipas; Fernando Pena; Luís Filipe Pereira; Nuno Avelar Pinheiro; José Joaquim Leitão; Miguel Salvado; Ana Margarida Lourenço.

6.2.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Isabel Moura (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta Assembleia Municipal Extraordinária foi agendada para debater a situação e actuação da Empresa Municipal Ecalma, que tem hoje, por atribuição de competências aprovadas por todos os órgãos autárquicos, a responsabilidade de gestão de estacionamento em muitos locais do nosso concelho.

Se estamos aqui hoje, para além de ser pelo direito regimental que permitiu a convocação desta Assembleia, é acima de tudo porque algo não está bem no funcionamento da Ecalma. Na forma como realmente vai desempenhando mal a responsabilidade que lhe foi transmitida pela Autarquia, na evidente incapacidade de criar uma relação de confiança e de respeito com os cidadãos que devia servir.

Como sabem todos os presentes, o PSD desde há muito tem uma posição clara sobre esta matéria. Defendemos a extinção da Ecalma e a criação de uma força de Polícia Municipal, devolvendo à Autarquia as competências que hoje estão na actual empresa municipal. Essa mesma ideia estava assumida no nosso programa de candidatura autárquica, essa mesma proposta foi já trazida a esta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assembleia, sendo que apenas teve acolhimento por parte da bancada do CDS/PP, pois CDU, PS e Bloco de Esquerda reafirmaram o seu apoio à sua existência.

No entanto, a nossa posição não nos coloca fora do debate que estamos agora a realizar.

Apesar da nossa opinião e convicção, entendemos que também devemos clarificar os motivos que nos levam a ter tal posição, bem como, desejamos em consequência disso, deixar um desafio às demais forças políticas para começarmos aqui um caminho de debate, reflexão e decisão sobre esta matéria.

Um caminho que seja feito sem dogmas ou verdades preconcebidas. Um caminho que seja percorrido com seriedade intelectual e sem tentativas de misturar aproveitamentos político-partidários, pois estamos a tratar da nossa Terra e de resolver alguns dos seus constrangimentos que evidentemente têm perturbado a sua vivência e não tem permitido ter a qualidade de vida que todos ambicionamos.

Um caminho que nos ajude a encontrar uma solução final que seja feita a pensar no que desejamos se torne a Almada do Futuro.

Mas vamos analisar em primeiro lugar a ECALMA e o seu funcionamento.

A Ecalma como empresa municipal que é, e tendo competências cedidas pela Autarquia devia ter incorporado desde o início uma noção de serviço público que fosse pensado, organizado e executado a pensar na satisfação dos utentes e na criação de uma relação de lealdade e confiança com os cidadãos. O problema começou exactamente aí.

Tendo uma função que não é, naturalmente, fácil - a de gerir e fiscalizar o estacionamento de um território - a fundamental preparação dos cidadãos através de acções de informação e pedagogia nunca foi feita de forma adequada, e a prova está que desde muito cedo se percebeu a antipatia, desconfiança e rejeição que houve da parte dos Almadenses em relação à actividade da Ecalma.

A juntar a isto mesmo, temos recebido dezenas de queixas em relação à dualidade de critérios que existe no âmbito da acção de fiscalização que a Ecalma efectua, o que ainda origina um acentuar da revolta da população, pois ou a fiscalização não é feita de todo (veja-se a chamada zona pedonal do eixo central), ou quando é feita, temos relatos de que a mesma nem sempre resulta de critérios objectivos, claros e uniformes, existindo mesmo evidentes dualidades de critérios.

Para além disso, temos uma empresa municipal que tem uma estrutura de custos significativa que apenas é viável pela atribuição de novas responsabilidades como a gestão da nova rede municipal de parques de estacionamento e do projecto Flexibus. Uma estrutura de custos que permitiria, a nosso ver, implementar uma força de Polícia Municipal que por ter um conjunto mais alargado de competências ajudaria a própria autarquia a promover um cumprimento mais eficaz dos seus regulamentos municipais e que, com a devida pedagogia dos seus elementos e com a sua chefia por alguém originário da carreira policial, asseguraria o cumprimento mais rigoroso e imparcial dos seus deveres.

Temos pois, na nossa opinião, uma Ecalma sem capacidade de gerar uma relação de confiança com a população que devia servir e sem organização para dar cumprimento eficaz às atribuições municipais que lhe estão delegadas.

O que há a fazer perante este cenário?



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em primeiro lugar reconhecer-se que há este problema. Não podemos continuar a assistir a um rol cada vez mais significativo de queixas assobiando para o lado e fazendo de conta que tudo está bem, quando realmente assim não é.

Em segundo lugar, perceber se não existem também, e em paralelo, outros problemas no espaço público, ao nível da mobilidade e acessibilidades, que devem também ser objecto de análise, reflexão e decisão, para minimizar constrangimentos à vida quotidiana de quem vive, trabalha ou visita o concelho de Almada.

Em terceiro e último lugar, criar um consenso político alargado, para iniciar um processo de debate e decisão que seja realizado, em conjunto e com total respeito pela população interessada, assegurando que a decisão final seja um projecto de toda Almada e não apenas de uma qualquer maioria política.

Terá que ser um debate alargado, sem ideias preconcebidas, que leve a uma decisão sobre a uma revisão mais aprofundada do Plano Acessibilidades XXI, a começar pelo acabar com a chamada (em teoria) zona pedonal do eixo central da cidade de Almada, passando pela circulação na Av. Bento Gonçalves (com os cruzamentos do Metro Sul do Tejo e com a forma das vias ali implementadas), por uma política de estacionamento mais integrada e atractiva, ao mesmo tempo que terá que se realizar uma verdadeira requalificação do espaço público e dos estabelecimentos comerciais

Aquilo que o PSD defende é pois um processo onde se debata tudo sem medo, sem ideias preconcebidas, e onde cada uma das partes possa realmente apresentar a sua visão e as suas soluções, para que num processo de debate técnico se possa avaliar a justeza de cada uma delas.

O PSD tem uma posição clara de partida - somos a favor da extinção da Ecalma, da sua substituição pela Polícia Municipal e assumindo a Autarquia as demais competências que hoje estão descentralizadas na área do estacionamento. Ao mesmo tempo defendemos uma revisão profunda do plano de mobilidades e acessibilidades, a começar pelo acabar da actual zona pedonal do eixo central (com as devidas adaptações), e pela revisão de todo o formato de circulação nas avenidas centrais da cidade. Defendemos também um programa de apoio ao comércio local, para a requalificação dos espaços actuais, o incentivo ao aparecimento de grandes lojas âncora para atrair para o centro da cidade a população que hoje a abandonou.

Mas apesar desta nossa posição de partida, não entramos intransigentes e inflexíveis para o debate, e estamos por isso disponíveis para debater tudo e com todos os interessados. E é esse o desafio que neste momento lançamos a todos os partidos desta Assembleia, ao órgão executivo e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal (que pode ser o mediador deste processo, enquanto máximo responsável pela Casa da Democracia de Almada).

A nossa proposta é que possamos agendar, debater e decidir sem ideias preconcebidas se faz ou não sentido ter a Ecalma, se faz ou não sentido criar a Polícia Municipal, se o eixo central da cidade de Almada faz ou não sentido como está (ou se será preferível acabar com a actual zona pedonal e rever todo o espaço à volta do MST), se o Plano de Acessibilidades deve ser ainda mais revisto a partir da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

experiência que se vê e sente no terreno, e como atrair novamente as pessoas para viverem o espaço urbano de Almada Centro.

O PSD tem a sua posição de partida clara, mas diz presente para que se inicie este processo de debate construtivo e de acção assertiva. Que haja a mesma disponibilidade, humildade e querer da parte de todos os outros partidos.

São os Almadenses que o exigem. É a Almada do Futuro que está em causa!"

6.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Introdução

A análise a que estamos a proceder tem como fulcro central aspectos do modelo de gestão e funcionamento da ECALMA agendados para esta sessão plenária e colocados pela moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, cujo conteúdo se encontra em apreciação na Reunião de Representantes.

Comecemos por clarificar os fundamentos e a atitude que nos movem na participação neste debate. Não podem restar dúvidas a ninguém sobre o interesse total e genuíno da CDU no bom funcionamento da ECALMA e do Plano de Mobilidade e Acessibilidades que o enquadra, sendo, por razões óbvias, insuspeitável que não seja este o interesse exclusivo que nos orienta.

O objectivo de melhorar sempre este Plano e o funcionamento desta empresa municipal, no âmbito do seu objecto específico, exige uma intervenção pautada por profunda seriedade e compreensão da complexidade e evolução das questões em análise. Assim, manteremos, como tem sido norma, quer por parte da Câmara Municipal, quer pela CDU aqui na Assembleia, uma atitude de grande abertura à análise de propostas e críticas intencionalmente construtivas e sem qualquer tipo de concessões a retóricas de circunstância ou demagogias simplistas, cujos objectivos transcendam as questões em apreço.

A ECALMA

Comecemos por lembrar que a ECALMA é uma empresa municipal, criada no âmbito do desenvolvimento e objectivos do Plano de Mobilidade e Acessibilidades 21, cujo objecto social se encontra claramente definido no art. 5º dos seus estatutos, cuja revisão foi aprovada por unanimidade por esta Assembleia, em Junho de 2009.

Assim, compete-lhe "a gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo a construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, a fiscalização do cumprimento do código da estrada e legislação complementar e a prestação de serviços conexos com estas actividades, e ainda a gestão do Flexibus". Compete-lhe igualmente a identificação e remoção de veículos em ocupação indevida do espaço público, com sinais de abandono ou em fim de vida.

Trata-se portanto de uma empresa municipal que desempenha um papel específico no contexto da gestão estratégica e integrada da mobilidade, que nunca poderia ser substituída por uma polícia municipal, cuja actuação se confinaria a procedimentos de fiscalização do ordenamento do trânsito e do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estacionamento, que os agentes da ECALMA, de resto, também possuem, de acordo com a lei, estatutos próprios e credenciação pela DGV.

A natureza, objectivos, competências, poderes e regulamentos da ECALMA têm sido definidos e reiteradamente aprovados com clareza pelos órgãos autárquicos. Subordina-se a poderes de superintendência da Câmara Municipal e a sua existência não é posta em causa por vontade expressa dos órgãos municipais. Recorde-se, a propósito, que no passado mês de Junho a extinção da ECALMA foi recusada por ampla e clara maioria, aqui na Assembleia Municipal.

Ao apreciarmos a gestão e funcionamento da ECALMA importa pois, desde logo, contextualizar a sua missão na compreensão mais ampla do Plano de Mobilidade e Acessibilidades 21, da situação na Grande Lisboa, compreender o seu processo histórico e condicionantes no nosso Concelho, analisar aspectos de regulamentação, gestão e funcionamento no terreno sem os confundir e baralhar entre si.

Repita-se: estamos perante um processo de desenvolvimento complexo, em Almada como em qualquer parte do mundo, e haverá que separar o trigo do joio, sendo, neste caso, o trigo a vontade genuína de fazer cada vez melhor e o joio a falsificação da realidade, a adulteração dos factos em presença ou o simplismo demagógico que vise objectivos que nada terão a ver com essa melhoria.

Plano de Mobilidade e Acessibilidades

Opções e soluções técnicas do Plano de Mobilidade e Acessibilidades 21, de Almada, reconhecido o seu carácter inovador, foram adoptadas e integradas no trabalho da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, do IMIT e do diagnóstico para a revisão do código da estrada. A Câmara Municipal tem sido recorrentemente convidada a transmitir e partilhar as suas experiências neste âmbito e, em 2008, Almada foi a única finalista portuguesa no prémio da Semana Europeia da Mobilidade, ficando entre as três melhores autarquias num universo de 2 108 vilas e cidades europeias.

Não se trata pois de propaganda ou auto-embevecimento da CDU em Almada, nem sequer de afirmar que tudo está perfeito, definitivo e acabado. Pelo contrário, o melhor que o Plano tem encontra-se indissolúvelmente ligado a permanente consciência autocrítica e decisão partilhada. E, como é óbvio, não pode estar em causa a grande qualidade do Plano.

Do que se trata é de entender a complexidade de um processo global em desenvolvimento que exige, aqui como em qualquer parte do mundo, implementação progressiva, adaptações, mudanças de hábitos e diálogo permanente. E assim tem sido entre nós.

O centro do nosso debate é o funcionamento da ECALMA, que ocorre em contexto preciso de que importa clarificar alguns tópicos.

O que está verdadeiramente em causa é atingir os objectivos propostos, pois são estes que determinam os restantes procedimentos: a melhoria da qualidade de vida e qualificação do espaço público; a redução de emissão de poluentes e do ruído; o aumento da segurança rodoviária; o estímulo à utilização de transportes colectivos e à deslocação não motorizada; a integração do Metro Sul do Tejo.

Tais objectivos acompanham o que ocorre em todo o mundo civilizado. A questão das restrições ao trânsito automóvel nos centros das grandes cidades está na ordem do dia. A sua substituição pelo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

transporte colectivo e por alternativas ecologicamente sustentadas é o caminho inequívoco do futuro. O que deve ser entendido nas suas consequências práticas.

Tais objectivos dizem respeito a toda a população sem exclusão de ninguém e sem privilégio abusivo de interesses privados ou corporativos que ponham em causa o interesse mais geral.

Daqui decorre a necessidade da progressiva adaptação a novos hábitos que implicam todos - moradores, utentes de transporte privado, comércio local, sistemas de distribuição logística associados às diversas actividades económicas, entre outros. Esta mudança, num clima de respeito pelas pessoas e pelas contradições em presença, só pode atingir-se casando a firmeza da prossecução dos objectivos essenciais e cumprimento das medidas também essenciais que os suportam com a existência de soluções e normas transitórias, em processo gradual de apoio a essas adaptações, o que exige bom senso e participação activa de todos, um grande diálogo com as populações e agentes locais e deve recusar liminarmente procedimentos imediatistas e inflexíveis.

Entendemos e aqui reafirmamos que é neste sentido que a Câmara Municipal tem agido, (assim como a Assembleia Municipal, no âmbito das suas competências) neste estar a caminho da progressiva criação de melhores soluções, cujos regulamentos, procedimentos e medidas concretas têm sido e continuarão a ser objecto de análise e revisão, se e quando for ajustado.

O nosso Plano de Mobilidade e, conseqüentemente, as repercussões no funcionamento da ECALMA, são determinados por estrangimentos externos, independentes das decisões do município. Refiram-se sucintamente: a não abertura do nó de acesso na A2 que, só por si, resolveria o problema da “injecção” diária de milhares de veículos na cidade de Almada; uma política nacional de desincentivo ao transporte público, desde logo com o desmantelamento e privatização do serviço público de transportes, transformados numa panóplia de interesses privados; em consequência disso, a inexistência de um passe social intermodal a preços socialmente justos (de que são exemplos gritantes a exclusão dessa rede da Fertagus e do MST, por exemplo) e, sobretudo a ausência de um Plano de Mobilidade Regional integrador dos planos concelhios.

Pelo seu carácter estruturante, aspectos relacionados com o traçado, obra, incumprimento na construção de parques dissuasores e gestão do MST, ao arrepio dos interesses da população do Concelho (e apesar de acções persistentes da Câmara e da Assembleia), têm-se constituído e persistem como condicionantes sérias do próprio plano e, portanto, também do funcionamento da ECALMA.

Trata-se de estrangimentos graves e fortemente lesivos da qualidade de vida dos cidadãos do nosso concelho, que quotidianamente convocam todas as forças políticas deste município ao contributo sério para ultrapassar e resolver estes problemas.

Melhorar a ECALMA

Analisar o funcionamento da ECALMA implica considerar dois planos distintos: regulamentação e funcionamento. Quanto à Regulamentação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A ECALMA é a entidade gestora dos regulamentos mas não os produz, não define normas nem os modos de aplicar o seu cumprimento. Recebe orientações que tem de cumprir e fazer cumprir. O poder de regulamentar cabe aos órgãos autárquicos, no quadro das leis e normativos nacionais, ou seja, a ECALMA rege-se por regulamentos municipais aprovados pela Câmara e pela Assembleia. Daqui decorre, obviamente, que parte significativa da nossa análise recai sobre questões extrínsecas ao seu próprio funcionamento e que o condicionam.

A regulamentação existente, por sua vez, encontra-se condicionada desde o início pelo papel estruturante do MST e pela preservação da zona pedonal no centro da cidade, no quadro dos objectivos estratégicos e dos constrangimentos conhecidos, cujas circunstâncias de gestão se têm alterado e continuarão a alterar-se, por exemplo, com a entrada em funcionamento de cinco novos parques de estacionamento.

As experiências recolhidas e acumuladas, a monitorização dos projectos-piloto, a articulação com as Juntas de Freguesia e com a Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, as muitas intervenções de cidadãos e de estruturas representativas ou institucionais, serão certamente recolhidas pela Câmara Municipal, por todo o trabalho que tem vindo a desenvolver, e consideradas na construção da 2ª fase do Plano de Mobilidade, e revisão dos regulamentos.

Entendemos que cabe a esta Assembleia intervir activamente neste processo, no âmbito das suas competências, pela leitura e interpretação do sentido e dos interesses das populações que representam, consensualizando até onde for possível (e anexando as restantes), recomendações que venham a ser consideradas pelo executivo camarário na definição política das estratégias que informarão as regulamentações e medidas concretas a produzir. O que implica, em termos práticos, o prosseguimento do trabalho no âmbito da Reunião de Representantes, nos termos em que aí foi acordado.

Quanto ao Funcionamento da ECALMA

Parte relevante das críticas à ECALMA relaciona-se com a sua intervenção directa no terreno, em particular com procedimentos relativos à fiscalização do estacionamento e respectiva acção punitiva.

Começemos por clarificar que consideramos essencial o funcionamento da ECALMA, também na componente de fazer cumprir as normas estabelecidas, por imperativos de cidadania e em nome de uma melhor gestão da cidade. Acrescentemos que em lado nenhum do mundo é pacífica esta função de fiscalizar e sancionar comportamentos. Trata-se de uma das funções mais difíceis de exercer, exigindo que a tolerância que o bom senso recomenda tenha de subordinar-se à firmeza do cumprimento da norma.

Trata-se de uma área em que a crítica produzida é muitas vezes difusa e injusta, quando não demagógica, interesseira e instrumentalizada, mas situações pontuais existem que revelam insuficiências nos procedimentos. Na história recente de Almada e aqui mesmo nesta Assembleia temos visto confundidos os planos e contraditórias entre si as reclamações: ora se afirma que os fiscais andam na caça à multa, ora se diz que fecham os olhos; ora se afirma que a CDU não sabe o que quer



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e toca de ouvido, ora se contradiz que é surda e nunca ouve ninguém; misturando com outros planos, até assistimos, no mesmo ano, a mesma força política ora defender a extinção da zona pedonal, ora criticá-la por não ser pedonal.

Pela nossa parte afirmamos com total convicção que o funcionamento da ECALMA é globalmente muito positivo e tem sido um instrumento indispensável nas evidentes melhorias que se têm verificado na gestão da cidade a este nível. Constatamo-lo, quer pela análise do funcionamento em si, quer comparativamente a situações verificadas noutros locais.

Esta análise não invalida, pelo contrário decorre precisamente dela, uma atenção crítica permanente a todos os aspectos de funcionamento, sobretudo num contexto de desinformação e instrumentalização político-partidária que sempre tem acompanhado e muitas vezes absorvido as preocupações, críticas e sugestões que importa considerar.

Resumindo, movemo-nos num quadro que considera a imprescindibilidade da ECALMA e a melhoria do seu funcionamento uma questão permanente.

Reconhecendo o muito trabalho que tem vindo a ser feito e bem, entendemos que essa melhoria passa, no presente, por uma (re)informação pública sobre a sua missão e objectivos, clarificação publicitada de normas e procedimentos, reforço da orientação inequívoca aos agentes no terreno para que se aproximem sempre mais das populações, quer defendendo-as dos prevaricadores, quer explicitando a sua missão, preventiva até onde for possível. Relembrar aos moradores e utentes em geral as normas precisas em vigor, intervindo nos seus comportamentos e apelando à sua responsabilização e cooperação permanente com o bom funcionamento, quer pelas sugestões, quer pelas críticas ou reclamações que entenderem justificadas.

Concluindo, a nossa postura é de abertura total a todos os contributos construtivos, numa concepção de intervenção partilhada, cuja responsabilidade passa, no que a este tema diz respeito, pela norma justa e procedimento transparente.

É o que nos comprometemos a fazer aqui, no âmbito das competências da Assembleia Municipal.

Nota:

Sobre o modo de prosseguir o processo ver proposta anexa.

É neste espírito que a CDU apresenta a esta Assembleia um projecto de Resolução que basicamente considera que o trabalho que aqui foi definido e que deve ser continuado no âmbito da Conferência de Representantes que é formalmente uma Comissão, para que continuem a ser aprofundados os temas relativos à ECALMA. Não entendemos que sejamos nós aqui técnico, nós somos políticos e devemos partilhar e contribuir para a definição das orientações estratégicas neste aspecto. Portanto a nossa proposta resume-se em dois pontos.

Projecto de Resolução

Considerando o debate sobre o funcionamento da Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação, hoje realizado em Sessão Extraordinária para o efeito convocada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando o projecto de moção/deliberação “Por uma Ecalma justa ao serviço dos Almadenses”, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na sessão da Assembleia Municipal de Setembro de 2010, o qual baixou por deliberação da Assembleia à Conferência de Representantes dos Grupos Municipais para consideração e aprofundamento.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária no dia 12 de Novembro de 2010, delibera:

1. Determinar à Conferência de Representantes dos Grupos Municipais que no âmbito dos trabalhos em curso de apreciação do projecto de moção/deliberação “Por uma Ecalma justa ao serviço dos Almadenses”, elabore relatório a apresentar ao Plenário da Assembleia Municipal na próxima Sessão Ordinária de Dezembro de 2010 com os pontos de consenso assim como de eventuais sugestões dos Grupos Municipais.
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que tenha em consideração os contributos e sugestões trazidos, nesse âmbito, ao debate pelos diferentes grupos municipais intervenientes relativamente ao funcionamento da Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação."

6.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Estimados Munícipes,
Estamos hoje aqui reunidos para discutir o modelo de funcionamento da Ecalma, Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada.

Começo por uma declaração de princípio: o CDS nunca foi favorável à sua criação, receando que ela viesse a tornar-se numa agência de emprego para clientelas partidárias e num exercício de perseguição aos cidadãos com automóvel. Mas nunca pensámos a medida em que o futuro nos viria a dar razão.

De forma clara e coerente, defendemos no programa eleitoral a sua extinção, consumada que foi a evidência da sua inutilidade e impertinência. E sempre votámos de forma consistente com a proposta que apresentámos aos almadenses. Hoje pedem-nos que discutamos o modelo de funcionamento de algo cuja existência não merece a nossa aprovação. É um exercício difícil.

Uma empresa municipal num concelho cuja administração de recursos humanos está tão cheia de irregularidades, favorecimentos e injustiças, só poderia ser uma central de empregos do aparelho comunista.

Uma empresa de estacionamento e circulação num concelho com um plano de mobilidade alucinado, irracional e incompetente só poderia ser um sorvedouro de dinheiro dos contribuintes.

O registo do que tem sido a Ecalma no quotidiano dos almadenses, dos visitantes e do comércio encarregou-se de mostrar com meridiana clareza que o CDS tinha - e tem - razão.

Ao longo destes anos, a actuação da Ecalma revelou-se desequilibrada e parcial. Alguns condutores foram pessoalmente perseguidos, enquanto para outros se fecha sucessivamente os olhos. Alguns carros foram autuados precisamente no instante em que estavam a centenas de quilómetros de Almada. Outros foram considerados arbitrariamente em fim de vida e rebocados como tal de forma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

abusiva. Incentivos para abate foram desviados dos proprietários para a empresa. Bloqueios de veículos intempestivos e injustificados ultrapassaram o razoável.

Alega-se que a Ecalma surgiu para disciplinar os abusos dos condutores. A esmagadora maioria das autuações ocorreu por estacionamento irregular em zona de residentes, durante o horário laboral, precisamente quando o automóvel estacionado não causava dano, empecilho ou prejuízo. Será preciso maior testemunho de que a Ecalma actua com o fim primeiro de gerar receitas fáceis à custa dos cidadãos?

Não esqueçamos, ainda, que esta empresa surgiu em sequência de um plano de mobilidade que, mais do que incompetente, é uma teimosia da Câmara Municipal que raia o limite do disparate. Não fossem as lamentáveis consequências para a vida da cidade, para o comércio e para as famílias, esta seria uma comédia burlesca.

Uma zona alegadamente pedonal em que tudo circula e em que a integridade física dos transeuntes está permanentemente em risco, o encerramento do único eixo que atravessa o centro da cidade, o tempo de espera em filas intermináveis, um modelo de circulação e estacionamento histriónico que expulsa os munícipes e repele os visitantes, as mudanças sucessivas de decisões, ou um sistema de semáforos desesperante, juntam-se a um empresa municipal que nada mais serve do que uma maioria comunista que há tanto tempo desistiu de Almada.

O CDS não acha que a Ecalma tenha remédio. E desafia os partidos da oposição a terem uma posição consistente. Não se entende como se tem um candidato a Presidente da Câmara a defender o fim da empresa e um grupo municipal a dizer-nos, como hoje, que é só o funcionamento que está em causa. Não é compreensível que se proponha a extinção da empresa na Assembleia Municipal e se viabilize na Câmara o seu Plano de Actividades.

E para que dúvidas não subsistam, o CDS tem alternativas. Disciplinar o trânsito é um propósito essencial de qualquer cidade. A educação do civismo deve ser uma luta quotidiana de uma Autarquia. Mas um corpo de Polícia Municipal independente de aparelhos partidários asseguraria a gestão do trânsito, garantiria o cumprimento dos regulamentos municipais e seria uma mais-valia para a segurança da população, da propriedade e da qualidade do espaço público.

Um espaço público hoje deserto - com a população empurrada para o centro comercial - degradado, sujo, vandalizado, grafitado, inseguro, com que não nos conformamos. A cidade tem de ser devolvida aos seus habitantes e atractiva para quem a visita. Sem utopias que, ao contrário do que hoje aqui se afirmou, não estão de todo na ordem do dia de modernas cidades europeias comparáveis a Almada. Mais um engano que a maioria comunista nos quer fazer tomar como certo.

Há soluções. Mas essas requerem uma outra visão de cidade incompatível com modelos de desenvolvimento urbano assentes em betão, complexos ideológicos, propaganda e trocas de favores. O CDS continuará a lutar para restituir a Almada a dignidade e a esperança que o seu potencial geográfico, paisagístico e humano merecem."

6.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós estamos aqui hoje a discutir as questões relacionadas com a ECALMA. Esta discussão não é a primeira vez que ocorre nesta Assembleia. A diferença é que esta Assembleia é uma Assembleia Extraordinária para falar sobre a ECALMA, nas outras Assembleias Municipais não sendo extraordinárias falaram muito sobre a ECALMA. Nós hoje estamos a continuar nesse tema, nós achamos bem, não vemos mal nenhum neste debate e neste aprofundamento.

Quando o PSD há umas Assembleias Municipais atrás, aqui apresentou um projecto de deliberação para a extinção da ECALMA e criação da Polícia Municipal, o Bloco de Esquerda esteve contra. esteve contra porque concordamos com a existência de uma empresa municipal para gerir o estacionamento, essa empresa municipal é a ECALMA.

Achamos no entanto que nem tudo está bem e por isso criticamos. E na anterior Assembleia o Bloco de Esquerda apresentou um Projecto de Deliberação a que demos o título "Por Uma ECALMA Justa, ao Serviço dos Almadenses". O Projecto de Moção que apresentámos baixou por decisão desta Assembleia à Conferência de Representantes dos Grupos Municipais para aprofundamento e possibilidade de todas as forças políticas aqui representadas, apresentarem propostas de melhoramento dos regulamentos específicos de estacionamento, onde estes possam estar a prejudicar a população.

O Bloco de Esquerda já iniciou a apresentação de várias sugestões de alteração aos Regulamentos na Conferência de Representantes dos Grupos Municipais. Achamos que este é um bom caminho criticar no sentido de melhorar e melhor servir os almadenses.

Os Regulamentos têm que ser aperfeiçoados para situações que nós consideramos injustas, que deixem de acontecer. E passamos a citar, não vamos citar todas, mas vejam por exemplo a contradição que é dizer-se lugares destinados a residentes. A manter-se o actual Regulamento, teria de dizer-se: "lugares destinados a residentes proprietários de viaturas". Porque um residente que não seja proprietário de uma viatura, mas conduza a viatura do pai ou da mãe já não pode ter lugar para estacionar a viatura.

O que o Bloco de Esquerda preconiza, é que nessas condições devidamente comprovadas seja o residente que tenha uma identificação e não a viatura. Porque nem toda a gente é proprietária de viaturas, e se estamos a falar de lugares de residentes, tem que ser lugares de residentes proprietários de viaturas e não proprietários de viaturas. Esta é uma das questões que nós achamos que deve ser alterada no Regulamento e pareceu-nos da primeira reunião que tivemos com todos os Representantes dos Grupos Municipais aqui representados, que teve boa aceitação.

Um outro ponto de vista que nós defendemos e parece que é comum a esta Assembleia, é que os lugares de residentes quando vagos possam ser ocupados por qualquer pessoa, durante um determinado horário, que isso terão que ser os técnicos a verificar, porque nós não somos técnicos, mas nós não achamos bem, que um lugar de estacionamento numa zona de residentes que esteja vago horas a fio e não possa ser utilizado por ninguém. Nós apresentámos também esta sugestão e que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também nos pareceu ter bom acolhimento. Assim como empresas prestadoras de serviços no Concelho de Almada, nomeadamente os técnicos de reparações de elevadores que não têm forma de estacionar a viatura sem poderem ser multados.

Há outros aspectos que o Bloco de Esquerda vai continuar a apresentar e parece-nos a nós que este é o caminho, que esta é a via, porque tudo o resto faz parte da política. Nós achamos bem, mas achamos melhor que se resolvam de facto aqueles aspectos que prejudicam a vida dos almadenses. E para esse pedido, nós vamos continuar a dar, não vamos deixar de fazer as nossas críticas, mas no sentido de apontar o dedo àquilo que nós achamos que está mal e que seja mudado.

Evidentemente que nós podemos fazer críticas que comprovadamente não terão lógica e também estamos abertos a achar que nem todas as críticas que fazemos possam ter aceitação, mas parece-nos que numa grande percentagem dos pontos de vista que temos aqui apresentado sobre esta matéria, são de bom acolhimento e juntamente com as outras propostas que os outros partidos políticos têm aqui nesta Assembleia, nós podemos fazer com que a ECALMA faça de Almada um espaço que pode ser visitado por todos e pode ser usufruído por todos.

É impossível repetir aqui todos os argumentos que já temos utilizado nas anteriores Assembleias Municipais, quando se fala sobre esta matéria, mas nós vivemos em Almada e nós conhecíamos Almada antes da ECALMA, estacionamento em duas filas, pessoas que estavam a pagar o seu estacionamento em zonas de parquímetros que se viam privadas e impossibilitadas de sair porque tinham a sua saída barrada, aliás, quem está nesta Assembleia Municipal sabe, se eu continuar a falar em nome do Bloco de Esquerda sobre esta matéria vou repetir argumentos que nós temos aqui apresentado variadíssimas vezes. Nós vamos continuar a lutar agora num mecanismo que esta Assembleia Municipal aprovou, que é a Conferência de Representantes desta Assembleia Municipal, e já agora está uma segunda reunião marcada já para segunda-feira, é bom que o élan ganhe nesta Assembleia que de facto vá para essa reunião de Representantes, com o sentimento que é preciso mudar os Regulamentos Específicos de estacionamento, lá onde estão eventualmente e nalguns casos declaradamente esteja a prejudicar os almadenses. É nesta senda que nós vamos continuar."

6.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu tenho ouvido com muita atenção todas as intervenções, vejo com alguma satisfação e quase me identifico completamente com a intervenção do Sr. Vereador Rui Jorge, uma vez que corresponde quase inteiramente às nossas preocupações e registo com satisfação a disponibilidade para rever os Regulamentos, e isto porquê? Porquê os Regulamentos? Porque nós consideramos que os problemas da ECALMA não são propriamente os problemas das pessoas que trabalham na ECALMA, mas sim os problemas da orientação política que existe. Aliás, não faria sentido trabalharmos de outra maneira aqui na Assembleia Municipal, e como muito correctamente disse o Sr. Deputado Sérgio Taipas, é um órgão político e portanto nós estamos aqui a discutir os problemas de um ponto de vista político, não propriamente de um ponto de vista técnico. Penso que é isto, estamos de acordo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu estaria quase inteiramente de acordo com a intervenção não fosse um pequeno pormenor. Um pequeno pormenor que por acaso hoje, enfim não foi hoje que me chegou ao conhecimento, mas foi um acontecimento que houve hoje que de facto nos devia fazer pensar. Hoje os estudantes do 8º Ano da Escola António da Costa, na Área de Projecto, convidaram um Jornalista e além da conversa foram apresentando alguns trabalhos. Um desses trabalhos para o qual me pediram e me fizeram uma entrevista (acho que devo ter chegado ao estatuto dos velhos da terra), um desses trabalhos que aliás é um trabalho que estava interessante, qual era o título do trabalho? Era "A decadência de Almada". Portanto, digamos que temos uma percepção dentro da população e, reparem estamos a falar de crianças de 13 anos, e mesmo em crianças de 13 anos, de que esta Cidade está decadente. Há pouco o Sr. Deputado Luís Filipe falou nos carros em segunda fila e tudo isso que agora não temos, não temos porquê? Temos que pensar, não temos por causa da ECALMA? Eu acho que não é bem isso, o que se passa é que não temos carros em segunda fila no centro da Cidade de Almada porque de repente, não foi de repente, foi ao longo do tempo, o Centro da Cidade de Almada não tem carros e também nem sequer tem pessoas não é? Portanto, o problema neste momento não é esse, o problema e o que nós temos que pensar é como é que vamos levar as pessoas ao Centro de Almada. Eu acho que já não temos o problema das segundas filas, não pelos bons motivos, é evidente que quando se criou a ECALMA o objectivo era esse e todo o Regulamento da ECALMA e todos os princípios da ECALMA que são princípios que me parecem bastante correctos vão nesse sentido, mas o problema é que de facto por uma série de razões e eu penso que nós teremos que as discutir muito seriamente, coincide com o Metro mas poderemos pensar se o Metro, não creio de forma nenhuma que seja o único responsável, não creio de maneira nenhuma que o Plano de Acessibilidades seja o único responsável, o facto é que temos neste momento muito pouca gente a frequentar o Centro de Almada, e isso é um problema. Agora, concretamente sobre a ECALMA, há um aspecto que eu queria referir e que eu penso que é importante. Tem a ver com a burocracia e toda a papelada envolvida no conseguir um cartão de residente. Por um lado, e estou de acordo com o Sr. Deputado Luís Filipe, por um lado, temos que pensar em o que é que nós queremos fazer com esse cartão de residente, qual é o nosso objectivo? É facilitar a vida aos residentes ou dificultar a vida aos residentes? E nesse sentido eu vejo este cartão e a maneira como funcionou, acredito que não fosse essa a intenção, não creio que fosse, acabou por ser uma forma de dificultar a vida aos residentes. Uma forma de dificultar a vida aos residentes como? Por exemplo, o Centro de Almada tem, e a Cova da Piedade e toda a Zona Central, tem uma grande percentagem de população idosa, será que essa população tem carro e se desloca de carro, ou será que são por exemplo os filhos que os vão apoiar? E portanto isso é um aspecto que eu vejo importante a ter em conta.

Outra questão e tem a ver com o excesso de documentos. Eu ainda não como Deputado Municipal, nem pensando que alguma vez seria Deputado Municipal, enfim na altura estava de certa forma reformado da política, pedi uma série de vezes à ECALMA que me facultassem o número da autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados para a recolha dos dados que havia, uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vez que me pareciam excessivos, e para a manutenção dessa base de dados. Esse número nunca me foi fornecido. Será que neste momento existe capacidade para fornecer esse número? Será que existe uma autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados em relação à base de dados que a ECALMA tem? A minha conclusão é que não existe, nunca me forneceram, eu creio que é porque não existe. E creio que não existe porquê? Porque há uma recolha de dados que é ilegal. Ilegal pelo número e pelo tipo de dados que se pede. Pedem-se por exemplo dados bancários que nunca a Comissão Nacional de Protecção de Dados poderia autorizar. Dados bancários, consultem o Regulamento (está-se a rir mas é verdade, consulte o Regulamento). Portanto, eu penso que isso é um dado a ter em conta.

Quanto àquilo que eu disse na última Assembleia Municipal, trouxe fotografias da Rua Jerónimo Osório, rua teoricamente sobre a acção da ECALMA, com carros de empresas também monopolizam o espaço, novamente carros de empresas que monopolizam o espaço, Rua Jerónimo Osório, ou da Travessa de Angola, frente à entrada de uma escola, onde alguém mantém uma sucata.

Digamos que esta zona e estas pessoas que vivem nestes prédios, pela frente estão na zona da abrangência da ECALMA, alguns dos residentes têm sido autuados, pela parte de trás têm carros abandonados e até um estaleiro de obras. Portanto, penso que temos alguma coisa a fazer e que no fim a actuação da ECALMA não é tão perfeita quanto isso."

6.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dizer duas ou três coisas sobre a matéria que está em apreciação. Começar por protestar formalmente contra a única intervenção que consideramos desqualificada e dissonante do modo elevado como este debate está a decorrer, aqui produzida pelo Sr. Deputado Fernando Pena.

Não dialogamos com ele a este nível, por respeito para connosco, para com os cidadãos e para com esta Assembleia. É reiteradamente que o Sr. Deputado intervém desta forma, que nós consideramos que é provocatória, insultuosa e mentirosa. Não vamos jogar pingue-pongue nem admitir diálogos a este nível, de vez em quando compreendam que teremos de pontuar estas intervenções para denunciar este modo de intervir. Há um ditado popular que diz que quem não se sente, não é filho de boa gente, nós não nos sentimos de facto a este nível, porque a este nível não nos tocam, tocar-nos-ia uma crítica que nos afectasse e que fosse justa e que pusesse o dedo na ferida de algum erro nosso. Isto não. Não é pela crítica, mas é pelo respeito à verdade, a este Órgão e a todos nós que aqui estamos.

Gostava ao mesmo tempo de informar quem nos está a ouvir e concretamente esta Assembleia Municipal, que entre outros mimos foi apodado de alucinado e incompetente um Plano de Mobilidade que foi aprovado em 2002 por unanimidade na Assembleia Municipal da altura, e cujo primeiro ponto diz enaltecer a importante iniciativa da Câmara Municipal ao decidir a elaboração do Plano de Mobilidade e Acessibilidades 21, classificando-o como instrumento estratégico de articulação coerente entre os diversos modos de transporte e destes com os diversos espaços funcionais da Cidade, e também



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

proporcionador de um desenvolvimento sustentável do Concelho e da melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Isto compromete todos porque por unanimidade foi apresentado, e nessa unanimidade incluiu-se o Deputado Fernando Pena que hoje acusa os Comunistas por este mesmo Plano ser alucinado e incompetente.

Modos de intervir destes estão completamente fora das nossas competências e da nossa possibilidade de intervir.

Porque não somos especialistas na matéria e não queremos entrar em pingue-pongue destes, não relevamos isto para a esfera da psicopatologia. Naturalmente não nos compete, mas recusamo-nos a dialogar a este nível que é no mínimo profundamente desonesto e desrespeitador do trabalho dos órgãos municipais (dos Comunistas não porque ele não consegue).

Gostaríamos de colocar ao Partido Socialista esta questão, há uma proposta de deliberação da CDU e quanto à proposta de deliberação do PS, a nossa posição é esta: É pedir ao PS que faça exactamente o mesmo que colocámos ao Bloco de Esquerda.

A proposta do Partido Socialista envolve um conjunto de recomendações à Câmara, essas recomendações têm um carácter político e têm também uma componente técnica, não é numa noite nesta Assembleia que nós vamos comprometer toda a Assembleia Municipal com a especialidade destas medidas tal como aqui estão expressas, o que de modo algum não significa que algumas delas não sejam questões correctas a colocar e a analisar independentemente das decisões finais e da sequência que se der.

Por outro lado, não é necessário criar um grupo de trabalho, porque esse grupo de trabalho está criado. Ou seja, a Conferência de Representantes já teve uma reunião, vai reunir na próxima segunda-feira, nós propomos que apresente um relato das suas conclusões aqui à Assembleia Municipal, que se consensualize tudo o que for possível consensualizar e que se anexe tudo aquilo que cada força política quiser anexar, que irá para a Câmara não como proposta da Reunião de Representantes, como proposta dessa força política naturalmente.

Reconhecemos que as propostas que o PS aqui faz neste momento, independentemente de concordarmos ou não com o seu conteúdo, são propostas que merecerão análise, é este o caminho que devem ter. E portanto, isto deve ser canalizado para a Reunião de Representantes. Se o PS estiver de acordo com isto, segunda-feira estaremos a prosseguir a análise destes tópicos, se não estiver de acordo votaremos obviamente contra esta proposta independentemente de a voltarmos a considerar."

6.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não para responder a uma intervenção das catacumbas, das catacumbas da historia e que há ainda uns muros para cair em Almada, mas cairão brevemente, mas apenas para repor a verdade, porque a intervenção do Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, é própria de todas estas manobras de propaganda que estamos habituados do Partido Comunista. Quando referiu a minha posição em 2002



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sabe perfeitamente que era a posição de início, no arranque do Plano de Mobilidade, e sabe perfeitamente que aquilo que foi executado e aquilo que é hoje a realidade posta nas mãos dos almadenses, não corresponde em muitos aspectos ao Plano de Mobilidade inicial que foi apresentado aos Deputados Municipais em 2002. E portanto o que eu votei em 2002, foram as intenções que a Câmara Municipal não cumpriu, distorceu e virou contra os almadenses e contra a vida da Cidade. Portanto, só para repor a verdade porque eu sei bem quem é o pai da mentira."

6.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu peço desculpa à Assembleia, eu cometi um lapso na minha intervenção, este Plano de Mobilidade em 2002 teve abstenções do PSD e do Bloco de Esquerda, os outros, ou outras votaram a favor, pelo que não foi aprovado por unanimidade como eu incorrectamente disse, peço desculpa."

6.2.9 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu penso que esta Assembleia se está a pautar com grande elevação e pela possibilidade que temos de discutir ideias, de colocar questões e de poder confrontar de forma saudável argumentos com o objectivo de melhorar o serviço que todos nós prestamos como responsáveis municipais aos nossos Cidadãos. Nesse contexto vou apresentar de forma breve lendo os pontos da nossa Deliberação. Os pontos resolutivos da nossa proposta de deliberação.

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada de Almada, reunida a 12 de Novembro de 2010 em Sessão de debate sobre a Empresa Pública Municipal "ECALMA", delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal:

- A) Que desenvolva as diligências necessárias à legalização da base de dados da ECALMA junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados e que proceda à destruição dos dados eventualmente incompatíveis com as normas em vigor;
- B) Que desburocratize e simplifique o processo de obtenção do Cartão de Residente, em especial quando se trata do primeiro de cada fogo, situação em que deveria ser exigido um mínimo de formalidades;
- C) Tornar válidos para todo o Concelho os Cartões de Residente, pondo fim ao zonamento para efeito de autorização de estacionamento;
- D) Criação de um título de estacionamento que permita o apoio a munícipes idosos ou doentes por familiares, neste caso circunscrito à área de residência respectiva;
- E) Reavaliação do mapeamento das zonas condicionadas para impedir abusos e não prejudicar o comércio;
- E) Proceder à revisão dos Regulamentos Específicos de Estacionamento, introduzindo lugares de estacionamento misto, de modo a permitir a utilização de lugares de residentes por não residentes em períodos do dia em que estão disponíveis;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

G) Investir na formação dos agentes da ECALMA, de forma a reforçar o carácter preventivo da sua intervenção, assim como a consistência e a fiabilidade na aplicação dos regulamentos.

2. A Assembleia Municipal decide ainda criar um grupo de trabalho com a representação de todos os partidos para avaliar o modelo institucional de gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, da gestão do "Flexibus", de construção, gestão e concessão de parques de estacionamento.

Senhores Deputados Municipais,

Esta proposta é apresentada numa reunião temática convocada especialmente para discutir as questões da ECALMA, não se trata portanto de uma surpresa para nenhum dos Grupos aqui presentes. Portanto, nós limitamo-nos a formular propostas construtivas, sérias, ponderadas, no ponto de ordem respectivo. E nestas propostas inclusive, integramos contributos que fomos recolhendo em intervenções, em reuniões, inclusive presto aqui um agradecimento ao Bloco de Esquerda, visto que uma das propostas aqui apresentadas foi em primeira mão apresentada pelo Sr. Deputado Luís Filipe numa reunião em que eu também participei, mas que uma vez que era positiva foi aqui integrada neste espírito construtivo e de procura de soluções abrangentes.

Não me parece que neste contexto faça sentido retirar a proposta e remete-la para a discussão na Comissão. Pelo contrário, penso que há aqui matéria que já foi na discussão reconhecida como consensual, não há razão nenhuma para nenhum Grupo votar contra aspectos que já reconheceu como consensuais e portanto o que eu solicito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal é que quando chegar o momento da votação proceda à votação ponto por ponto, para que cada Sr. Deputado possa votar em consciência nos aspectos que já considera terem a sua concordância, abster-se ou votar contra nos aspectos em que não tem a certeza ou de que discorda. Penso que neste momento aquilo que a seriedade na política nos exige é que todos nós tomemos posição sobre a matéria relativamente à qual foi convocada esta reunião."

6.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É bom estarmos aqui hoje neste debate, é um debate que é importante, um debate enriquecedor para a Cidade. O PSD tem uma posição que todos conhecem, o PSD tem uma posição que defende há bastante tempo, que apresentou no seu programa autárquico, mas isso não nos invalida de falarmos e debatermos e lançarmos também as nossas ideias. Somos um Partido responsável e enquanto a ECALMA existir nós analisamos os Relatórios de Gestão da própria empresa com seriedade e com atenção. Se concordarmos com esses Relatórios de Gestão e com as suas contas votamos a favor, se não concordarmos votamos contra. Não somos seguidores e enquanto ela existir não podemos fazer de conta que ela não existe, porque se houve uma decisão da Assembleia e da Câmara e a ECALMA continua a existir, nós obviamente temos que analisar os Relatórios em termos contabilísticos e de gestão também política, não podemos é ter uma atitude irresponsável e votar só contra, porque não concordamos com a empresa. Seria uma atitude irresponsável.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No entanto, isso não invalida que tenhamos críticas a fazer à ECALMA. Desde já dizer o seguinte, eu neste processo todo, às vezes também me custa certas críticas que se fazem aos funcionários, porque a verdade, eu vivo em Almada desde que nasci, e acompanho e conheço bem a vida desta Cidade como todos nós e o estacionamento obviamente está mais organizado. Ninguém tem dúvidas disso. Obviamente que muitas vezes há procedimentos que não se compreendem. Eu já vi várias vezes na Praça do MFA, os fiscais da ECALMA passarem e não multarem carros que estão parados em frente à esplanada do Central, em frente ao Riviera, e do outro lado em frente ao Frei e mesmo em frente à Renovação e não percebo porquê, não têm dísticos, não têm nada e estão ali parados. Às vezes têm quatro piscas, outras vezes não têm. Isto não dá para perceber.

Há situações onde os fiscais da ECALMA passam e parece que fiscalizam de um lado e não fiscalizam do outro, também não consigo perceber. No entanto, há aqui uma questão que é importante. Muitas vezes as pessoas também culpam os funcionários da ECALMA e a culpa não é deles, a culpa é de quem faz as regras, a culpa é da Vereação muitas vezes e da Presidente que votam aqui, neste caso aqui alguns Regulamentos, mas principalmente em Sessões de Câmara, decisões e regras que obviamente as pessoas não cumprem e muitas vezes é difícil até de explicar às pessoas porque é que elas existem.

Vou só dar este exemplo, a zona pedonal, aquilo é uma espécie de zona pedonal, como diriam os "Gato Fedorento", é uma espécie de zona pedonal. Não vamos discutir o conceito, a verdade é esta, aquilo é uma zona pedonal, ou é ou não é, agora há duas coisas ao mesmo tempo, quem lá passa durante o dia vê que aquilo não é uma zona pedonal, aliás aquilo é um perigo para as pessoas, porque as pessoas agora não sabem onde não-de atravessar e passar e depois durante o dia é a confusão total, é carros a travar, carros a passarem. Das duas, uma e fora os autocarros, eu já nem vou por aí, porque isso então ainda é pior.

Depois é aquela rotunda do MFA que tem lá uns canteiros e depois toda a gente anda à volta dos canteiros. E isto é a realidade que nós temos. Das duas uma, ou queremos uma zona pedonal ou não queremos uma zona pedonal. E não vamos pôr a culpa na ECALMA, aí a culpa é da Câmara. Sejamos claros.

Outra coisa, existe crise, é verdade que existe, e o comércio local é muito afectado por essa crise, pois é, mas em Almada é pior, porque a gente vê zonas iguais e eu já aqui trouxe várias vezes este exemplo, temos a zona comercial de Amora, temos a zona comercial aqui do Laranjeiro, temos a zona comercial por exemplo da Avenida principal da Baixa da Banheira, isto já para não falar em Lisboa, só falar de zonas aqui mais à volta, e não vemos o desaparecimento que o Comércio, não vemos o desaparecer do comércio como temos em Almada. Não vemos as lojas a fechar como temos em Almada. Têm dificuldades? Têm sim senhora, nas outras zonas também têm, mas porque é que só acontece no Centro de Almada? Porque é que não acontece aqui no Laranjeiro? Porquê? Pergunto-vos eu, não é culpa da ECALMA. Não é isso, ninguém está a dizer isso, a culpa é de quem com políticas erradas fez o que fez ao centro da Cidade de Almada. E quem vai pagar isso, somos nós todos já e as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

gerações futuras, porque quem se lembra de Almada há uns anos e é verdade sim que havia caos do trânsito, é verdade, mas havia movimento, havia pessoas, e hoje em dia não há, e por alguma coisa o comércio existia e hoje não existe. É não é só culpa da crise, também é, mas não é só, pensemos nisso.

Em relação à ECALMA temos também aqui duas ou três situações que gostaríamos de falar antes de terminar. Por exemplo, no verão, no verão quase não existe fiscalização no meio da Cidade, os fiscais e os funcionários são deslocados para a Costa da Caparica, para os parques de estacionamento da Praia do Rei, da Praia da Rainha e para os outros parques de estacionamento e depois obviamente os meios não se duplicam, por isso no Verão a gente vive assim uma espécie de amnistia em Almada. É uma espécie de Agosto na Ponte sobre o Tejo. Andamos ali sem saber bem se pagamos se não pagamos.

Segundo, a Cidade está a morrer, é verdade. A Cidade está a morrer, e nós tentamos contrariar isso, mas se calhar contrariar isso não é com medidas de ir pedir que as pessoas vão à Cidade, as pessoas não vão neste momento à Cidade. Depois temos parques de estacionamento que estão prontos mas ainda não estão abertos. Também gostaríamos de saber o que é que se passa, porque é que os parques ainda não estão abertos, estão lá feitos aparentemente, porque é que eles ainda não abriram.

E segundo, eu vou só dar um exemplo da minha Freguesia de Cacilhas. Eu ontem andei no parque da Lisnave a ver as placas, a ver tudo aquilo que lá está montado, eu não consigo perceber se aquele parque é taxado, se não é, que entretanto retiraram as cancelas, entretanto havia aqueles impedimentos à volta do parque, alguns já estão afastados, os carros já passam no meio, cada um faz como quer e as pessoas acabam por não perceber, há fiscalização naquele parque? Não há? Como é que funciona? E é este o grande mal, é que muitas vezes a ECALMA também é culpada por indecisões e por medidas que não são tomadas e que não são explicadas a tempo. E isto tem que se deixar claro, porque obviamente a ECALMA faz coisas boas, os veículos em fim de vida hoje em dia não se vêem quase pela Cidade e ainda bem. Só para terminar eu dizia, só dizer isto, nós defendemos a polícia municipal, é verdade. E defendemos entre muitas vocações que a Polícia Municipal tem, podia ter quatro, só como exemplo que seriam importantes. E porque não a ECALMA não faze-las? Lanço isto para a discussão. Por exemplo, a Fiscalização da Limpeza das ruas e dos dejectos dos animais, podem-se rir à vontade, são sugestões, gostem ou não gostem mas há uma coisa que é verdade, seremos sempre poucos aqueles que andamos no espaço público a fiscalizar a nossa Cidade e a permitir que os outros tenham melhor qualidade e vida, coisa que hoje em dia no meio de Almada muitas vezes não existe. A Câmara penaliza quem faz a alimentação indevida por exemplo de animais, dos pombos, etc.. Todos nós temos experiências e todos nós sabemos quem o faz e onde faz, porque não ir alertar as pessoas? Vandalização do espaço público, porque não andar também em cima disso, porque não ver onde é que o espaço público está mais vandalizado, para ajudar os serviços da Câmara, para ajudar os serviços das Juntas de Freguesia. Deposição ilegal de entulhos e de monos, porque não também ajudar e alertar nisso, são sugestões, estamos aqui para discutir isso."

6.2.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou intervir neste debate que foi marcado pelo PS, eu não falei há bocado na intervenção do público porque não achei que fosse necessário mas aproveitei porque achei que de facto o debate ia ser bastante profícuo e que o Município que aqui veio dizer que este não era um tema importante e que este não era um tema para ser debatido porque há muitos outros, que tenha mudado a sua opinião, porque como todos aqui hoje podemos ver e isso é categórico é que este é de facto um problema que todos nós temos que debater, políticos, de forma politicamente temos de ser informados e queremos de facto resolver algumas questões que em nosso entender não estão a funcionar na gestão da ECALMA como ela está a ser feita actualmente. E portanto, acho que isso para todos nós é categórico e tenho a certeza que o Município que aqui interveio também já mudou a sua opinião em relação a isso.

Obviamente que estes debates são marcados pelos Partidos, podem ser requeridos pelos Grupos Parlamentares, foi o que nós fizemos, teremos possivelmente a oportunidade de marcar outros debates também de importância para todos os Municípios.

O que eu aqui já ouvi hoje é bastante esclarecedor daquilo que são as posições e da forma como nós vemos a nossa Cidade. Temos por exemplo a CDU que em relação a este debate que é um debate sobre a gestão da ECALMA, não trouxe rigorosamente nada para o debate, simplesmente criticou aquilo que muitas vezes é dito da má actuação, muitas vezes a ECALMA é acusada de má actuação de não ter os mesmos critérios para toda a gente, mas o que é facto é que a CDU não apresentou aqui uma única proposta para que esta gestão, esta ACALMA funcione melhor. E tem ainda mais dúvidas do que nesta Assembleia hoje, que está a rever, que se propõe a rever os Regulamentos porque assim é necessário. E nós estamos totalmente de acordo, mas olhe que o seu Partido não está porque não sei se reparou, ele disse, no caso de virem a ser revistos mas pronto isso será uma questão que vocês depois terão de ver. Mas é natural que estas questões aconteçam porque é uma questão de ter uma postura de querer melhorar os serviços que nós temos na nossa Cidade e o Partido Socialista quer que esta empresa que presta um serviço essencial ao nosso Município, melhor a sua actuação, melhor a sua gestão.

Obviamente a CDU ao que parece acha que não há essa necessidade, tudo bem. Agora perguntar muito especificamente ao Sr. Vereador uma questão. O Sr. Vereador disse aqui na sua intervenção como eu já referi, que se propõe a rever o regulamento, com a revisão do Regulamento necessariamente haverá novos métodos, novas funções, diferentes maneiras de actuar, certamente que é para isso que o Regulamento será previsto, e eu queria que o Sr. Vereador nos explicasse como é que irá formar os funcionários da ECALMA com mil e quinhentos euros, em relação a tudo isso e a mais outra formação que possivelmente será necessária. Outra questão muito concreta, eu gostaria de saber que o Sr. Vereador e eu já aflorei isto numa outra Assembleia Municipal, se o Sr. Vereador continua a achar que é uma opção gestonária correcta considerar o parque das praias urbanas da Costa da Caparica, um parque de curta duração, que é o que ele é actualmente.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O parque das praias urbanas da Costa da Caparica, se continua a achar que é correcta a opção que foi tomada em tornar aquele parque um parque de curta duração durante todo o ano. É só isso que eu gostaria de ver respondido, acho que o debate já foi bastante longo e bastante esclarecedor no que diz respeito à posição de cada um dos Partidos."

6.2.12 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não há nenhuma intenção em prolongar a discussão e aliás é sempre penoso ter que intervir na discussão da discussão como parece ser o caso. E quando aquilo que nós dizemos, é interpretado de forma enviesada ou incorrecta temos que esclarecer. Na intervenção da CDU, Sr. Deputada, fica claro e ficou claríssima a total abertura da CDU a todas as propostas construtivas. E nomeadamente depois terá a oportunidade de se entender que isso a faz feliz de ler a intervenção na acta para corrigir a sua distração, porque de facto não ouviu, é absolutamente impensável que alguém tenha interpretado a intervenção que aqui produzi em nome da CDU como colocando algum obstáculo que quer que fosse à discussão de tudo e à revisão de tudo, desde que intencionalmente construtiva. isto está dito três ou quatro vezes a propósito de questões diferentes. E não pode haver o menor equívoco, nem vale a pena prolongar muito mais a discussão da discussão.

Relativamente à proposta de deliberação do PS, eu também não me terei feito entender, o que está em causa é uma posição de princípio. Nós não somos um Órgão Executivo e não temos competências, nem devemos imaginar que temos, ou presumir que é a palavra mais adequada, competências técnicas. Estamos a falar de questões complexas, todas as propostas que vierem deverão ser acolhidas para serem aprofundadas, o que nós estamos contra é que numa noite de Novembro decisões no sentido de tornar válidos para o Concelho cartões de residente, pondo fim ao zonamento para efeito de autorização de estacionamento. Poderei dizer que não estamos de acordo, mas poderia também dizer que não temos fundamento para aprovar isto aqui. E neste momento isso é o mais importante, proceder a reversão de Regulamentos Específicos introduzindo lugares de estacionamento, etc..

Há aqui um conjunto de propostas que o PS pode e deve levar a sedes de aprofundamento das questões onde nós estamos disponíveis a todos os níveis, a Câmara falará por si, mas estou seguro que é essa a posição e nós aqui também, e onde a Assembleia Municipal no âmbito das suas atribuições e competências poderá produzir documentação de recomendação ou sugestões à Câmara Municipal, que depois naturalmente terá de ter uma resposta e terá de ser analisada no âmbito do Executivo, no âmbito da concretização futura de Planos de Mobilidade e de funcionamento de uma empresa municipal que tem este papel que tem neste contexto. Portanto é isto e apenas isto que está em causa.

O caminho está aberto e está construído para um trabalho verdadeiramente profícuo onde tudo pode e deve ser aprofundado. Aqui à pressa em cima do arame, não. Nós não precisamos de fazer que isto seja votado ponto por ponto, porque há uma indisponibilidade nossa para votar favoravelmente estes



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pontos que aqui estão. Uns porque estamos contra eles e, outros a maioria por questões de princípio que foram aqui expressas. É esta a nossa posição."

6.2.13 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para dar a intenção de voto do PSD, nós vamos votar favoravelmente a proposta da CDU e em relação à deliberação do PS vamo-nos abster. No entanto não sei se vai haver votação ponto por ponto como foi pedido, e se assim for também iremos proceder de acordo com a intenção de cada um.

Há bocado eu esqueci-me só de dizer uma coisa que eu acho que era importante até para perceber a posição do PSD. Nós somos a favor da Polícia Municipal, e se por acaso algum dia isso fosse aprovado, obviamente que acharíamos por bem que os trabalhadores que estão na ECALMA neste momento fossem reintegrados ou (se me permitirem acabar agradecia, é para depois não nos chamarem irresponsáveis na rua). Porque teriam de ser obviamente há compromissos assumidos e nós não somos um partido irresponsável para ir contra esses compromissos assumidos por muito que a gente não concorde com certas decisões da Câmara."

6.2.14 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós não queríamos deixar passar em claro de forma alguma ou da maneira ligeira com que se falou do efeito da crise que estamos a viver neste momento no nosso país, e com reflexos muito directos e muito graves no Concelho em que vivemos. Não nos parece de bom tom minimizar os efeitos da crise, porque de facto a crise é um tema que para algumas pessoas não passa disso mesmo, é um tema de discussão, para uns a crise é um tema de discussão, para outros é um problema de uma grande aflição. E eu recorria com a vossa permissão a ler a parte de um artigo do "Notícias de Almada", saiu hoje, onde é dado conta que, a crise económica e o constante crescimento do desemprego registado em Portugal nos últimos anos, estão a lançar na pobreza um elevado número de famílias do Concelho, uma realidade confirmada pela Delegação de Almada da Associação Médica Internacional - AMI, entidade que nos primeiros seis meses deste ano registou quase tantos pedidos de apoio quantos os que lhe foram dirigidos em 2009 e segundo Maria da Luz Cachapa, Directora da referida instituição.

Quando com que nos confrontamos em 2010 é muito mais sombrio do que aquele que já vivíamos o ano passado diz a referida Directora e acrescenta que enquanto em 2009 recebemos um total de novecentos e doze pedidos de ajuda, só no primeiro semestre deste ano oitocentos e oito pessoas recorreram aos nossos serviços, sendo que destas trezentas e vinte e seis são cidadãos oriundos da denominada classe média que se nos dirigiam pela primeira vez.

Vocês desculpem eu introduzir isto aqui, nós temos que respeitar muito e profundamente quem está a sofrer na pele os efeitos desta crise. Quem perdeu o seu emprego e quem não está a conseguir pagar as suas prestações ao fim do mês. Nós não nos sentiríamos bem se não atalhássemos aqui estas conversas que a crise não explica tudo, a crise não explica tudo mas explica noventa por cento das



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

situações muito graves que se abateram sobre muitas famílias no nosso País e com efeitos muito directos no Concelho de Almada.

Falar do ordenado mínimo é uma coisa, viver com o ordenado mínimo é uma coisa bem diferente. É curto, é muito curto. E fica aqui este meu estado de alma."

6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação dos documentos apresentados:

6.3.1 - A Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Municipal da CDU foi aprovada por unanimidade.

6.3.2 - A Proposta de Deliberação apresentada pelo Grupo Municipal do PS, foi rejeitada por maioria, tendo sido votada por pontos, sendo o resultado da votação de cada um dos pontos da Deliberação foi o seguinte:

Ponto 1A) - vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), oito abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e catorze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria e do CDS-PP).

Ponto 1B) - vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), 3 abstenções (de eleitos do BE) e dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

Ponto 1C) - vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), oito abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e catorze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria e do CDS-PP).

Ponto 1D) - vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), três abstenções (de eleitos do BE) e dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

Ponto 1E) - vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), oito abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e catorze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria e do CDS-PP).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ponto 1F) - vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), três abstenções (de eleitos do BE) e dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

Ponto 1G) - vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), três abstenções (de eleitos do BE) e dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

Ponto 2 - vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), três abstenções (de eleitos do BE) e dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).

6.4 - Usaram da palavra para produzirem declarações de voto os Srs. Deputados Municipais Sérgio Taipas e Luís Filipe Pereira.

6.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente era só para reiterar a posição da CDU, o voto contra significa tão só de não aceitarmos que é este o local e o momento de assumir estas posições pela Assembleia Municipal. E uma pergunta metafísica, é saber se a Assembleia acabou de proibir o PS de apresentar estas propostas, uma vez que contra elas votou, na próxima segunda-feira onde é tão necessário aprofundar estas questões."

6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda optou por se abster neste Projecto de Deliberação do Partido Socialista, porque primeiro não tem nenhum motivo para votar contra, porque concorda com a maioria dos pontos aqui apresentados. Agora, o que nós respeitamos é a Comissão que está em funcionamento, e temos a certeza, ou pelo menos temos a percepção que o Partido Socialista vai apresentar estes pontos na segunda-feira e vamos debate-los e com certeza a Comissão de Representantes irá aproveitar alguns para apresentar à Câmara, porque para nós isto foi um contra-senso o PS ter insistido na votação desta Moção. Portanto, não nos passa pela cabeça que o PS na segunda-feira não vá discutir estes assuntos, até porque se o PS deixasse cair estes assuntos, outros o fariam com certeza."

6.5 - Para encerramento do debate usaram da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Deputado Municipal José Joaquim Courinha Leitão.

6.5.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vou então deixar algumas palavras no encerramento deste debate, para que também fiquem para memória futura. Começava por ler uma passagem de uma Acta da Assembleia Municipal onde intervi e na qual explicito o seguinte, os Regulamentos têm vindo a ser testados, aliás como desde sempre dissemos, não há aqui formas matemáticas, quando se trata de matérias desta natureza. É preciso capacidade de conceber, mas também é preciso capacidade de dialogar com os autarcas das Freguesias e com as populações. É preciso capacidade para testar, avaliar e ajustar e é isso que tem vindo a ser feito e com êxito. E congratulo-me por algumas palavras de apreço que aqui foram dirigidas, não a mim, mas aos técnicos municipais, aos trabalhadores do município, aos trabalhadores da ECALMA e também ao Sr. Vereador.

Nós os autarcas temos naturalmente os nossos deveres, temos o nosso compromisso com a população, temos o nosso programa eleitoral para cumprir. É com competência técnica, e com a competência dos trabalhadores que pomos em práticas os nossos compromissos, e por isso eu aqui queria naturalmente felicitar os trabalhadores do município, pelos bons exemplos que vão dando à população e também aos autarcas de Almada.

Naturalmente que os Regulamentos nunca estão acabados, é importante que se vão registando, anotando, avaliando as questões que são trazidas, muitas vezes é uma opinião, muitas vezes é uma situação concreta. É preciso avaliar, é preciso medir, é preciso perceber se faz sentido introduzir esta ou aquela alteração, mas é sobretudo preciso capacidade de saber ouvir, escutar, avaliar e depois se for justo pôr em prática. E é por isso que nós fazemos e é também esta a nossa atitude relativamente a questões que nos são trazidas pelos Srs. Deputados Municipais, quer seja em relação aos Regulamentos de Estacionamento, quer seja em relação a outras matérias. Podia ser a minha declaração nesta Assembleia Municipal, tinha toda a pertinência, tinha toda a acuidade, tinha todo o sentido.

Mas ainda tem mais acuidade porque quando eu assim falei, não estavam os trabalhadores da ECALMA, e hoje estão aqui e estão a ouvir estas palavras, que não foram ditas porque aqui estavam, foram ditas porque é assim que nós entendemos. E queria daqui deixar uma palavra de estímulo, uma palavra de apreço, uma palavra de gratidão a todos os funcionários.

Penso também que esta Assembleia decorreu de facto de uma forma muito interessante e elevada, mas também considero e sou frontal em dizê-lo, que considero que a vossa presença foi muito importante para que assim tivesse acontecido. Parece que vocês já ganharam o coração dos Deputados e se ganharam os corações dos Deputados e ganharam o coração de muitos almadenses, vão continuar a ganhar o coração de mais e mais população, porque fazem falta à Cidade.

Eu gostava de dizer que quando foi decidido nesta Assembleia a criação da ECALMA as opiniões dividiram-se, houve de facto uma posição esmagadora relativamente à aprovação da ECALMA, houve quem tivesse votado contra, porque entendia que era adequado, era mais adequado uma Polícia Municipal e entretanto as coisas alteraram-se.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu não vou falar de nomes, não vou dizer que foi este ou aquele Partido, mas foi e há alterações de posição relativamente ao ponto de partida. Há quem defendesse a Polícia Municipal, e hoje não é isso que assume como posição. E eu felicito e por isso não quero criar aqui situações menos interessantes no final deste debate, porque a evolução é sempre positiva, nós não podemos ter vergonha de alterar a nossa posição, quando entendemos que é justo que essa alteração se faça.

Queria também dizer que quando a ECALMA foi construída tinha exclusivamente uma função de gestão e o Vereador José Gonçalves que está aqui ao meu lado e que defendeu a proposta, teve a ocasião nessa altura de dizer, não faz sentido uma Polícia Municipal porque o que nós precisamos é gerir o estacionamento.

Uma Polícia Municipal não gere estacionamento, uma Polícia Municipal fiscaliza, penaliza quem está em contravenção em cumprimento da Lei.

Importa referir que nós partimos para o trabalho, Abril de 2004, tínhamos aprovado o Plano em 2002, e passados dois anos nós estávamos na Assembleia Municipal a aprovar com trabalho de dois anos, a aprovar os Princípios Gerais de Estacionamento. Passado mais um ano estávamos a aprovar o Regulamento Geral de Estacionamento, dá trabalho, é preciso trabalho técnico e naturalmente resultados para depois trazer à Assembleia. Passado algum tempo nós estávamos com as zonas piloto, zonas piloto, a testar, nós fomos de cabeça para definir de imediato um Regulamento específico para esta ou aquela zona. Fomos testar, fomos experimentar.

Em 2007, aprovámos o Primeiro Regulamento Específico, depois de dois anos de gestão de zonas piloto, isto é trabalho sério de facto e com muito respeito por toda a gente.

Em 2005 fizemos a formação dos trabalhadores da ECALMA e por aí se foi.

Mas agora gostava de voltar à história do policiamento. É que eis senão que houve uma grande alteração como o Sr. Vereador Rui Jorge aqui disse, com a revogação da Lei enquadradora da constituição da Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação. E essa alteração da Lei veio trazer aquilo que alguns queriam, ou seja, equipar os funcionários da ECALMA na fiscalização, penalização, autuação como agentes de polícia. E é isso que está cometido aos trabalhadores da ECALMA por força da Lei, não a Lei aprovada pelos órgãos autárquicos do nosso Concelho, mas a Lei aprovada a outro nível, a Lei da República 53F/2006, que veio trazer para as Câmaras Municipais e em particular para os profissionais das empresas de circulação e estacionamento, a obrigatoriedade, a competência, de agir como autoridades, como agentes da autoridade.

E é aqui que o problema da ECALMA surge lá fora, porque começam os agentes da autoridade que são os fiscais da ECALMA, a ter que cumprir o Código da Estrada, e é aí que o povo se levanta porque começam as contra-ordenações, porque começam as multas, com alguns apelos, algumas chamadas de atenção, mas também elogios aos agentes da ECALMA porque se estava a gerir muito melhor o estacionamento na Cidade.

Portanto, nós Autarquias fomos obrigados a fazer aquilo que, não por via da criação da Polícia Municipal, mas por via da legislação que entretanto saiu, transformar os agentes de gestão do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estacionamento da ECALMA em autoridades policiais de fiscalização que têm que levantar contra-ordenações, que têm que fazer cumprir o Código da Estrada e portanto eu acho que isto também no âmbito do trabalho que se vai fazer na Assembleia é muito importante que todos nós Autarcas, Deputados Municipais, percebamos do que é estamos de facto a falar.

E portanto daí que os trabalhadores da ECALMA, os fiscais tenham sido credenciados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. porque não poderiam nunca assumir esta missão nem nós a queríamos, por isso é que não quisemos Polícia Municipal, tiveram que ser credenciados para passarem a assumir. Ou seja, nós estamos a dar uma extraordinária ajuda às forças policiais, não a eles directamente, mas indirectamente ao Ministério da Administração Interna nesta função específica que aqui acabei de referir.

Gostaria também de dizer que nós no nosso Concelho temos dezenas de milhares de lugares de estacionamento. Na zona em concreto mais de intervenção da ECALMA, nós partimos com catorze mil lugares de estacionamento e atribuímos à ECALMA, menos de seis mil lugares de estacionamento. É isto que a ECALMA gere. E a ECALMA gere no âmbito dos parquímetros, gere mil trezentos e trinta e três lugares de parquímetros e gere de residentes três mil novecentos e sessenta e dois lugares.

É trabalho social. Garantindo o lugar aos residentes, aos moradores.

Dos parquímetros a ECALMA recebe trezentos mil euros ano em média, se nós multiplicarmos por mil trezentos e trinta e três lugares, se nós multiplicarmos trezentos mil euros por três vezes, temos novecentos mil euros. O correspondente a três mil novecentos e sessenta e dois lugares, ou seja três vezes mais os lugares de parquímetro que a ECALMA gere.

Portanto a ECALMA presta um extraordinário serviço de carácter social também à nossa comunidade. E portanto, não se pode falar de prejuízo na ECALMA, de indemnizações sem fundamento, aliás a própria Lei vem dizer e diz muito objectivamente que em função de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais, inferiores, é objectivamente justificado que haja então a compensação da empresa.

Isto é dito na própria Lei 53F, porque na medida em que também o 58/98 foi revogado, e diz nomeadamente que de forma expressa que a Câmara é obrigada a realizar uma transferência no caso de resultados de exploração anual final, negativo por via destas circunstâncias.

Portanto, também é importante que se ponha de uma forma clara os esclarecimento sobre estas matérias. Portanto, a Câmara não está a indemnizar a ECALMA de uma forma irregular ou porque a ECALMA é mal gerida. A Câmara está a compensar a ECALMA por um deficit de exploração na medida em que há preço ou não há preço. No caso não há preço, mas cumpre uma função social.

Também queria deixar a nota de que na ACALMA o Presidente do Conselho de Administração não tem ordenado, no Concelho de Administração, apenas existe uma pessoa remunerada que é o Administrador Executivo. Portanto, não se venha com questões de, isto é enfim o "ver se te avias e toda a gente a governar-se", não, nós temos esta atitude e esta maneira de estar em todas as empresas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

onde participamos e em todas circunstâncias onde estamos, recusamos senhas de presença, e recusamos vencimentos.

No caso da ECALMA, só o Administrador Executivo tem remuneração.

Quanto ao Flexibus, também gostava de deixar aqui nota de que o Flexibus, a decisão de atribuir à ECALMA é uma decisão a título experimental, foi a Câmara que o decidiu, decidiu e por consenso. Foi estabelecido um consenso na Câmara Municipal de gestão do Flexibus por um ano, avaliando e verificando se continuamos, se não continuamos, e em que termos. E obviamente que fez bem o Conselho de Administração em acautelar-se, porque se assume compromissos definitivos, naturalmente que não tem condição de recuar, e é só aqui, e é só aqui que o Conselho de Administração da ECALMA, porque existem orientações para o Conselho de Administração, o Conselho de Administração tem a sua autonomia de gestão mas tem que respeitar o Plano, as orientações estratégicas e as orientações da Câmara Municipal.

Não há trabalho precário na ECALMA e não há trabalho precário na ECALMA. Agora, seria absolutamente disparatado que numa situação em que a Câmara atribui temporariamente, não definitivamente à ECALMA, uma determinada missão que a ECALMA se pusesse a assumir compromissos definitivos para uma coisa que é transitória. E portanto, é bom clarificar também de modo a que todos nós saibamos do que estamos a falar.

Não há gestão ruínoza na ECALMA, não há falta de organização na ECALMA, há necessidade de aperfeiçoar, sempre e sempre aperfeiçoar todos os dias, na Câmara e em qualquer organização.

Também queria dizer que, o Sr. Vereador aquilo que aqui disse, a CDU não tem duas velocidades nem duas linguagens, a CDU na Câmara é a mesma que na Assembleia Municipal, e o que é o trabalho que está em curso. Ou seja, nós não acordamos para estas questões porque alguém fez um requerimento para uma Assembleia extraordinária, nós estamos a trabalhar e estamos a trabalhar avaliando os regulamentos, avaliando em concreto lá no sítio, no dia-a-dia aquilo que é o funcionamento das zonas de residentes, no sentido de se perceber onde é que é possível e de que maneira fazer gestão mista de determinados parques de estacionamento.

Não temos orelhas moucas e ouvimos aquilo que os Srs. Deputados aqui também nos vão dizendo. E nós também temos olhos e também temos pensamento e reflexão naturalmente sobre as coisas.

Portanto estamos a avaliar o índice de ocupação dos parques como disse o Sr. Vereador, de modo a que de uma forma consistente e adequada haja suporte de palpite, de sensibilidade, também é preciso a sensibilidade, também é preciso ouvir a sensibilidade para analisar tecnicamente e transformar em soluções, mas de forma sustentada e tecnicamente fundamentada ajustar regulamentos específicos em conformidade.

A questão da atribuição dos cartões, nunca estivemos surdos relativamente aos cidadãos, nem àquilo que fomos ouvindo em todos os fóruns e estamos em muitos, no sentido de aliviar, hoje temos o cartão do cidadão, é necessário aliviar e isso é uma preocupação de algum tempo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A formação contínua em relações públicas mas também em legislação, código da estrada, fundamentado e permanentemente a actualização dos trabalhadores relativamente a isto.

Queria também dizer que a ECALMA e os trabalhadores da ECALMA só em dois anos e não terminou ainda o ano de 2010, já devolveram à Cidade dois mil cento e quarenta e três lugares.

Porque rebocam carros velhos da Cidade permanentemente.

Pode haver muita coisa para tratar, ninguém diz que está tudo resolvido, mas é indesmentível que os trabalhadores da ECALMA retiraram da Cidade dois mil cento e quarenta e três carros em fim de vida e com isso aumentaram o estacionamento disponível na Cidade.

Queria terminar dizendo que considero muito importante que tenha havido esta reflexão, mas demonstra-se aqui que estamos a trabalhar, estamos a trabalhar bem, nem somos cegos nem surdos, e temos sobretudo uma grande preocupação, com os Cidadãos, queremos uma Cidade para os Cidadãos e Trabalhadores com direitos e não queremos aumentar o desemprego no nosso Concelho. Connosco não.

Fomos obrigados a ir para uma solução que não queríamos, não se chama Polícia Municipal, mas tem funções de Polícia Municipal, embora tenha a outra dimensão que é muito importante que é de gestão que a Polícia Municipal não poderia assumir, mas nós gostávamos que tivesse só a, de gestão de estacionamento na Cidade." "Mas obrigaram-nos e nós cumprimos a Lei".

6.5.2 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Courinha Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O PS utilizou esta Sessão da Assembleia Municipal para se posicionar e criticar mas construtivamente relativamente à posição de gestão e fiscalização do estacionamento em Almada.

Não está em causa a existência da ECALMA. Entendemos que uma abordagem empresarial é adequada à gestão e fiscalização dos estacionamentos. O que se questiona, o que se pretende mudar, é o modo como a ECALMA é gerida e como funciona.

De facto, Srs. Deputados Municipais, Sr.^a Presidente da Câmara, não é aceitável que haja uma actuação caprichosa da parte da ECALMA, relativamente a aspectos como por exemplo a atribuição de cartões de residente como foi aqui referido por responsáveis, mesmo quando possa haver alguma razão circunstancial, é necessário que as questões sejam consolidadas, sejam transparentes, sejam assumidas, sejam vertidas para os Regulamentos de forma adequada.

O que se questiona relativamente à ECALMA é como interage com os almadenses, e como promove ou não um estacionamento ordenado e uma ideia de cidade moderna segura e amiga dos cidadãos.

No decorrer dos trabalhos tivemos oportunidade de apresentar uma deliberação que visou melhorar a ECALMA e posicioná-la de forma mais adequada ao serviço da cidade, na forma de uma recomendação à Câmara Municipal de Almada. Houve aspectos que eu considero extremamente positivos. O primeiro aspecto positivo é que foi apresentado um conjunto de ideias válidas, um conjunto de ideias de facto positivas, foram reconhecidas como tal pela generalidade das intervenções, e depois paradoxalmente não tiveram o reconhecimento no momento do voto. Mas a democracia é isso mesmo, é apresentar com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

firmeza, com clareza as posições, sujeita-las a votos e aceitar democraticamente o resultado. Nós continuamos obviamente a bater-nos por estas ideias, como o fizemos aqui, fá-lo-emos no futuro e estamos crentes que elas terão vencimento e que esta Sessão faz parte de um caminho que é útil para o Município. Também gostava de sublinhar a curiosidade de ter havido inclusive propostas, algumas das alíneas da deliberação que não recolheram o voto favorável de quem as defendeu noutros fóruns. É de facto curioso, é lamentável e nós registamos para a posteridade.

Propomos também que a Assembleia assumisse um compromisso, no sentido de repensar o modelo institucional e contribuir para a construção de melhores soluções. Também esta posição foi recusada. Utilizaremos outros mecanismos, utilizaremos outros espaços para continuar a batermo-nos por aquilo que aqui defendemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, meus senhores e minhas senhoras, esta noite o PS cumpriu o seu dever na promoção de uma ideia de cidade moderna, progressista, amiga dos cidadãos, continuaremos a fazê-lo, estamos certos que este nosso trabalho vai ser cada vez mais compreendido e reconhecido pelos Cidadãos."

7 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.

8 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal); Humberto Lameiras (Jornal da Região); Sr. Fernando Fitas (Notícias de Almada) e de oitenta e três Srs. Munícipes.

9 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Maria Amélia de Jesus Pardal; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; José Carlos Rebelo Simões; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias.

10 - Foi aprovada a Minuta da Acta.

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H25 do dia 13 de Novembro de 2010.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 2º SECRETÁRIO _____